

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS,
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

NATHÁLIA CAROLINE SILVA

NOMES NA FACHADA, HISTÓRIAS NO VAZIO:

**Análise do silenciamento sobre a trajetória das mulheres que nomeiam escolas em
Uberlândia (MG)**

UBERLÂNDIA

2026

NATHÁLIA CAROLINE SILVA

NOMES NA FACHADA, HISTÓRIAS NO VAZIO:

**Análise do silenciamento sobre a trajetória das mulheres que nomeiam escolas em
Uberlândia (MG)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Área de concentração: Tecnologias e Interfaces da Comunicação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Menegotto Spannenberg

UBERLÂNDIA

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586
2026 Silva, Nathália Caroline, 1992-
NOMES NA FACHADA, HISTÓRIAS NO VAZIO [recurso eletrônico]
: Análise do silenciamento sobre a trajetória das mulheres que
nomeiam escolas em Uberlândia (MG) / Nathália Caroline Silva. -
2026.

Orientadora: Ana Cristina Menegotto Spannenberg .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.699>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. , Ana Cristina Menegotto Spannenberg, 1977-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, número 19/2026/208, PPGCE				
Data:	Vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14:35	Hora de encerramento:	17:20
Matrícula do Discente:	12412TCE019				
Nome do Discente:	Nathália Caroline Silva				
Título do Trabalho:	NOMES NA FACHADA, HISTÓRIAS NO VAZIO: Análise do silenciamento sobre a trajetória das mulheres que nomeiam escolas em Uberlândia/MG				
Área de concentração:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Tecnologias e Interfaces da Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Itinerário do Jornalismo Uberlandense: histórias e memórias				

Reuniu-se no por webconferência pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/ana-cristina-menegotto-spannenberg> , designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Daniel Ferraz Chiozzini - PUC- SP; Aléxia Pádua - UFU; Ana Cristina Menegotto Spannenberg - UFU orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Ana Cristina Menegotto Spannenberg, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e os tempos de arguição e de resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, a senhora presidente concedeu a palavra, na ordem sucessiva, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após o cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por Ana Cristina Menegotto Spannenberg, Professor(a) do Magistério Superior, em 28/08/2026, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Alexia Padua Franco, Professor(a) do Magistério Superior, em 28/08/2026, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Daniel Ferraz Chiozzini, Usuário Externo, em 01/09/2026, às 00:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 7575876 e o código CRC 05D0B876.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil. Houve noites em que o cansaço pesou mais do que a vontade de continuar, dias em que duvidei se teria forças para terminar o que comecei, momentos em que o silêncio que esta pesquisa investiga pareceu, também, querer se instalar em mim. Se hoje este trabalho existe, é porque não caminhei sozinha.

Agradeço, antes de tudo, a Deus, que nos momentos em que me faltaram forças para seguir, foi Ele quem as renovou. Nas horas mais difíceis deste percurso, quando pensei em desistir, encontrei nEle o sustento que me permitiu continuar, um passo de cada vez, até aqui.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Menegotto Spannenberg, meu profundo agradecimento pela orientação segura e generosa ao longo de todo este percurso. Sua confiança na minha capacidade de (re)construir o percurso, mesmo quando eu mesma duvidava dele, foi decisiva para que esta dissertação chegasse a bom termo.

À minha noiva, Adriana, meu agradecimento maior. Foi ela quem mais me incentivou, quem mais me ouviu, quem mais me deu força quando eu já não sabia de onde tirar. Esteve ao meu lado em cada crise, em cada recomeço, em cada página escrita. Não tenho dúvida: sem ela, eu não teria chegado até aqui. Esta dissertação também é sua.

Ao meu irmão Vinícius, que caminhou comigo não apenas como incentivador, mas como parceiro de paixão por esta cidade e por suas histórias. As conversas sobre Uberlândia, seus nomes, suas ruas e seus silêncios, tornaram esta pesquisa também um encontro entre nós dois.

À minha mãe e ao meu irmão Bruno, por todo apoio de sempre e por compreenderem minhas ausências em tantos momentos ao longo destes anos. Foi por um ótimo motivo.

E, por fim, a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível. Nenhuma conquista é verdadeiramente solitária. Somos um coletivo, dependemos uns dos outros para seguir, para aprender, para resistir. Se esta dissertação fala sobre mulheres que foram apagadas por terem sido pensadas como indivíduos isolados, sem rede, sem comunidade que preservasse suas histórias, que este agradecimento sirva também como lembrete de que eu, ao contrário delas, tive quem segurasse minha mão.

RESUMO

Esta dissertação investiga as dinâmicas de silenciamento e apagamento das trajetórias das mulheres que nomeiam escolas da rede pública municipal de Uberlândia (MG), situando-se no campo dos estudos sobre história, memória e gênero. Inicialmente voltada à reconstrução biográfica das patronas, a pesquisa foi redirecionada a partir da constatação da escassez de registros documentais, da ausência de vínculos institucionais e da fragilidade das memórias escolares sobre essas mulheres. Tal ausência, longe de configurar apenas uma limitação metodológica, passou a ser compreendida como dado analítico central, revelador de processos históricos e simbólicos de invisibilização feminina na memória pública e na historiografia local. A análise evidencia a contradição entre a presença nominal das mulheres nas fachadas e documentos oficiais das escolas e a ausência de narrativas que deem sentido histórico a essas homenagens. Ao compreender a memória como construção social atravessada por relações de poder, o trabalho problematiza os critérios de seleção, preservação e apagamento das trajetórias femininas no espaço público educacional. Nesse sentido, o silêncio e as lacunas documentais são tratados não como falhas da pesquisa, mas como expressões estruturais dos modos pelos quais a história oficial tem sido escrita. Para ilustrar, o trabalho apresenta o caso da Escola Orlanda Neves Strack, que se configura como exceção e, por isso, ajuda a jogar luz à regra. Como desdobramento da reflexão teórica e empírica desenvolvida, a dissertação apresenta uma proposta de intervenção voltada ao enfrentamento institucional do apagamento identificado. A proposta consiste no encaminhamento de um projeto de lei a vereadores do município de Uberlândia, visando tornar obrigatória a inclusão da biografia da pessoa homenageada nos documentos oficiais das instituições que levam seu nome, especialmente no âmbito escolar. Tal iniciativa busca contribuir para a valorização da memória geral e da memória das mulheres em particular, fortalecendo políticas públicas de preservação histórica e promovendo maior coerência entre a nomeação dos espaços públicos e o reconhecimento efetivo das trajetórias que se pretende homenagear.

Palavras-chave: memórias escolares; história das mulheres; história da educação; ausência; silenciamento; nomeações escolares.

RESUMEN

Esta disertación analiza los procesos de silenciamiento y borramiento de las trayectorias de las mujeres que dan nombre a escuelas de la red pública municipal de Uberlândia (MG), situándose en el campo de los estudios sobre historia, memoria y género. Inicialmente orientada a la reconstrucción biográfica de las homenajeadas, la investigación fue reorientada ante la constatación de la escasez de registros documentales, la ausencia de vínculos institucionales y la fragilidad de las memorias escolares sobre estas mujeres. Lejos de constituir una mera limitación metodológica, dicha ausencia pasó a ser comprendida como un dato analítico central, revelador de procesos históricos y simbólicos de invisibilización femenina en la memoria pública y en la historiografía local. El análisis pone de manifiesto la contradicción entre la presencia nominal de las mujeres en las fachadas y documentos oficiales de las escuelas y la falta de narrativas que otorguen sentido histórico a tales homenajes. Al concebir la memoria como una construcción social atravesada por relaciones de poder, el trabajo problematiza los criterios de selección, preservación y borramiento de las trayectorias femeninas en el espacio público educativo. En este sentido, el silencio y las lagunas documentales no son tratados como fallos de la investigación, sino como expresiones estructurales de los modos en que se ha construido la historia oficial. Como resultado de la reflexión teórica y empírica desarrollada, la disertación presenta una propuesta de intervención orientada a enfrentar institucionalmente el borramiento identificado. Dicha propuesta consiste en la presentación de un proyecto de ley ante concejales del municipio de Uberlândia, con el objetivo de hacer obligatoria la inclusión de la biografía de la persona homenajeadas en los documentos oficiales de las instituciones que llevan su nombre, especialmente en el ámbito escolar. Esta iniciativa busca contribuir a la valorización de la memoria en general y de las mujeres en particular y al fortalecimiento de políticas públicas de preservación histórica.

Palabras clave: memorias escolares; historia de las mujeres; historia de la educación; ausencia; silenciamiento; denominaciones escolares.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Memorial Acadêmico	10
2. DELINEAMENTO INICIAL DA PESQUISA	15
2.1 Estratégias Metodológicas	19
2.2 Fragmentos de uma busca: o silêncio documental	39
3. NOMEADAS E SILENCIADAS: MULHERES HOMENAGENS E APAGAMENTO	59
3.1 O silenciamento feminino como processo histórico e estrutural	36
3.2 Excluídas da escrita histórica	39
3.3 O espaço escolar como disputa simbólica	46
3.4 Entre o nome e o vazio: o apagamento como dado	51
4. MEMÓRIA, TOPONÍMIA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO	54
4.1 Memória como categoria: construção social e histórica	54
4.2 Toponímia e gênero	58
4.3 A toponímia das escolas municipais de Uberlândia	62
4.4 A história oficial e o vazio documental	65
5. EXCEÇÃO COMO ESPELHO: O CASO ORLANDA NEVES STRACK	67
6. NOMES E SILÊNCIOS: REFLEXÕES E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	70
7. REFERÊNCIAS	76
8. APÊNDICES	78
9. ANEXOS	81
Nota sobre acesso digital aos anexos	81

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no campo dos estudos sobre história, memória e gênero, tendo como ponto de partida a investigação das biografias das mulheres que nomeiam escolas da rede pública municipal de Uberlândia–MG. Inicialmente, o estudo foi concebido com o objetivo de desenvolver um produto que reconstruísse as trajetórias de vida dessas patronas, buscando compreender quem foram essas mulheres, quais contribuições desempenharam em seus contextos históricos e quais sentidos orientaram as homenagens institucionais que perpetuam seus nomes no espaço escolar.

Com o desenvolvimento do trabalho de campo, esse projeto inicial passou por um processo de reformulação decorrente do contato com as fontes disponíveis. A análise de documentos institucionais, as consultas realizadas junto às escolas, o diálogo com gestores, a busca por entrevistas com familiares, o levantamento de registros históricos em arquivos públicos municipais e a investigação de documentos produzidos pela Câmara Municipal revelaram uma dificuldade que, progressivamente, assumiu centralidade na pesquisa: a escassez de informações sobre as mulheres homenageadas.

No conjunto majoritário dos documentos analisados, os nomes das patronas aparecem de maneira predominantemente nominativa, sem referências biográficas, contextualizações históricas ou narrativas capazes de apresentar suas trajetórias. Também foi identificada a ausência de vínculos entre as instituições escolares e familiares ou pessoas próximas das homenageadas, aspecto que contribui para compreender a fragilidade da memória socialmente compartilhada sobre essas figuras femininas. Essas constatações permitiram formular uma hipótese que passou a orientar o desenvolvimento da investigação: o apagamento observado não parece decorrer de situações isoladas relacionadas à falta ocasional de documentos, mas configurar um processo mais amplo de descontinuidade da memória pública sobre mulheres que receberam reconhecimento institucional.

Diante desse cenário, a ausência ou fragmentação das fontes deixou de ser compreendida apenas como uma limitação metodológica. O silêncio encontrado nos arquivos, a lacunaridade dos registros e a fragilidade das memórias institucionais passaram a constituir elementos analíticos fundamentais para compreender como determinadas trajetórias femininas permanecem ausentes das narrativas históricas produzidas e preservadas no espaço público municipal.

Esse deslocamento permitiu que a pesquisa reformulasse seu problema inicial. A investigação deixou de se concentrar exclusivamente na reconstrução biográfica das patronas e

passou a examinar as condições históricas, sociais e culturais que possibilitam a permanência de seus nomes nas instituições escolares sem a correspondente preservação de suas histórias. A inscrição nominal nas fachadas das escolas revela uma situação específica: mulheres são incorporadas ao espaço simbólico da cidade por meio da homenagem pública, embora suas trajetórias permaneçam pouco conhecidas nos registros institucionais, na memória coletiva e na historiografia local.

A partir dessa problemática, a dissertação assume como objetivo compreender os mecanismos envolvidos nos processos de silenciamento e apagamento das mulheres no âmbito das políticas de nomeação e da produção da memória histórica municipal. Ao investigar o vazio documental e memorial associado a essas homenagens, o estudo dialoga com perspectivas críticas da historiografia, dos estudos de gênero e da história da memória, compreendendo o apagamento como um fenômeno relacionado às formas pelas quais determinados sujeitos, experiências e trajetórias são incorporados ou excluídos das narrativas legitimadas socialmente.

A alteração do percurso investigativo não representa abandono do projeto inicialmente formulado, mas um aprofundamento produzido pelo encontro entre a hipótese inicial e as evidências encontradas no campo empírico. Ao reconhecer o silêncio como dado histórico e analítico, a pesquisa busca compreender aquilo que foi registrado e também aquilo que permaneceu ausente dos arquivos, das práticas institucionais de memória e das narrativas oficiais. Nesse sentido, o estudo examina a relação entre a presença simbólica dos nomes femininos nas escolas municipais e a fragilidade dos processos de transmissão de memória associados a essas homenagens.

De modo complementar, a pesquisa revisita e analisa o conjunto de dados disponíveis sobre cinco, entre cinquenta, escolas municipais de Uberlândia que recebem nomes de mulheres, observando sua distribuição, recorrência e contexto de criação. Essa análise busca compreender como essas nomeações participam da organização simbólica do espaço público e quais sentidos sociais podem ser identificados nas escolhas realizadas para denominar instituições educacionais. A investigação também procura refletir sobre os efeitos desse apagamento simbólico na constituição da memória coletiva da cidade, articulando a discussão com os debates contemporâneos sobre gênero, representatividade e memória social.

O arcabouço conceitual mobilizado no desenvolvimento da pesquisa articula quatro eixos principais: os Estudos Culturais, os estudos sobre História e Memória, as reflexões teóricas sobre gênero e a análise das relações de gênero nos processos de apagamento e silenciamento das mulheres na história oficial. Como eixo complementar, o trabalho dialoga com os estudos sobre toponímia, compreendida como campo de investigação dedicado aos nomes atribuídos aos lugares e às práticas sociais e simbólicas que envolvem essas nomeações.

A seleção teórica privilegiou autoras e autores considerados relevantes para a compreensão dessas problemáticas, buscando construir uma fundamentação capaz de acompanhar a complexidade do objeto investigado. A redação do trabalho procura manter uma linguagem acessível, sem abandonar a densidade conceitual necessária à pesquisa acadêmica, de modo que o conhecimento produzido possa dialogar com leitores inseridos no campo científico e também com públicos interessados na história da cidade e na preservação da memória coletiva. Essa escolha parte da compreensão de que a produção científica possui uma dimensão pública e pode contribuir para ampliar os espaços de circulação do conhecimento histórico.

Na construção da base conceitual da pesquisa, optou-se por privilegiar a perspectiva feminina, estabelecendo diálogo majoritário com autoras mulheres. Essa escolha está relacionada ao próprio objeto investigado e ao interesse em compreender como experiências femininas foram historicamente registradas, preservadas ou excluídas dos arquivos e das narrativas reconhecidas como oficiais. O referencial teórico adotado, procura incorporar contribuições produzidas por pesquisadoras que analisam as relações entre gênero, memória, representação e produção do conhecimento, fortalecendo uma abordagem sensível às desigualdades presentes nos processos de construção histórica.

Fincada na perspectiva dos Estudos Culturais, especialmente a partir das contribuições de Stuart Hall (2003), a pesquisa compreende a cultura como um espaço de produção e disputa de significados, no qual identidades, representações e formas de pertencimento são construídas historicamente. De acordo com essa perspectiva, as práticas culturais participam da organização das maneiras pelas quais grupos e indivíduos são reconhecidos socialmente. A nomeação de espaços públicos, como escolas municipais, pode ser analisada dentro desse processo, pois envolve escolhas simbólicas relacionadas à visibilidade, ao reconhecimento e à construção da memória no espaço urbano.

Nesse sentido, investigar as mulheres que dão nome às escolas públicas de Uberlândia implica examinar uma dimensão da memória coletiva que ultrapassa a simples identificação dos nomes presentes nas instituições. O problema que se apresenta envolve compreender como determinadas homenagens permanecem materializadas no espaço urbano ao mesmo tempo em que as trajetórias das homenageadas encontram dificuldades para permanecerem acessíveis nas narrativas produzidas pela própria comunidade. A pesquisa parte dessa tensão para analisar os processos históricos que configuram a presença e a ausência das mulheres na memória pública municipal.

Cabe informar, em atenção aos princípios de transparência e integridade acadêmica, que esta dissertação contou com o auxílio de ferramenta de Inteligência Artificial Generativa (IAG) durante o processo de revisão textual. Especificamente, foi utilizado o Claude, com o objetivo de aprimorar a coesão, a coerência e a clareza da redação, bem como identificar inconsistências de norma culta e de padronização de referências. A autoria intelectual, as escolhas teóricas, metodológicas e analíticas, a interpretação dos dados e as conclusões apresentadas nesta dissertação são de responsabilidade exclusiva da autora, tendo a ferramenta sido empregada estritamente como suporte à revisão da forma e não à produção do conteúdo científico da pesquisa. O prompt geral utilizado foi, em síntese: solicitação de revisão acadêmica do texto, com identificação de pontos fracos (coesão, coerência, argumentação, normas ABNT) e pontos fortes, mantendo a voz autoral da pesquisadora.

1.1 Memorial Acadêmico

A proposta de um memorial acadêmico ultrapassa a elaboração de uma narrativa formal sobre etapas de formação. Trata-se de um exercício de reconstrução da trajetória intelectual e pessoal do pesquisador, no qual experiências, escolhas e inquietações são revisitadas para compreender como determinado objeto de investigação passou a ocupar um lugar central em sua caminhada. Ao olhar para minha própria trajetória, percebo que o interesse pela história das mulheres não surgiu a partir de um acontecimento isolado ou de uma mudança repentina de percurso. Parece, antes, que essa inquietação foi sendo construída ao longo do tempo, acompanhando diferentes momentos da minha formação e encontrando novas formas de expressão conforme minhas experiências se ampliavam.

Ainda nos primeiros anos da infância, essa curiosidade começou a se manifestar. Lembro-me do período em que frequentava o Ensino Fundamental I, etapa que naquela época ainda era chamada de "primário", em uma escola municipal que carregava o nome de uma mulher. Embora fosse uma criança inserida na rotina escolar como tantas outras, aquele nome despertava perguntas que permaneceram comigo durante muitos anos: quem era aquela mulher? Qual trajetória havia construído para que sua memória estivesse presente no nome daquela instituição? Que experiências marcaram sua vida antes de seu nome ser inscrito naquele espaço?

Essas perguntas, naquele momento, não encontravam respostas. A mulher homenageada estava presente diariamente na minha experiência escolar por meio do nome da escola, mas sua história permanecia desconhecida. Essa ausência produzia uma sensação difícil de explicar para uma criança, como se existisse uma distância entre a homenagem registrada no espaço público e a possibilidade de conhecer a pessoa que havia recebido

aquela homenagem.

Com o passar dos anos, essa inquietação deixou de ser apenas uma curiosidade infantil e passou a assumir novos sentidos. Hoje, ao revisitar essas memórias, compreendo que aquele questionamento inicial estava relacionado a uma preocupação que posteriormente se tornaria objeto da minha pesquisa: compreender como determinadas mulheres são reconhecidas publicamente por meio de seus nomes, mas permanecem afastadas das narrativas que poderiam apresentar suas trajetórias. A busca por compreender essas ausências tornou-se uma das motivações que orientaram meu percurso acadêmico.

Durante toda minha trajetória escolar, frequentei instituições públicas de ensino, tanto municipais quanto estaduais. Após concluir o ensino médio, conquistei uma bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI), iniciativa federal voltada à concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, e iniciei o curso de Tecnologia em Comércio Exterior. Ao longo da graduação, percebi que aquele campo de formação não correspondia plenamente às inquietações que orientavam meus interesses pessoais e intelectuais. Ainda assim, decidi concluir o curso, seguindo um princípio que sempre esteve presente em minha família: os estudos iniciados deveriam ser concluídos.

Enquanto cursava Comércio Exterior, fui aprovada em um concurso público da Prefeitura de Uberlândia para o cargo de Educadora Infantil. Essa experiência marcou uma transformação importante na minha trajetória. O contato cotidiano com as crianças possibilitou que eu reconhecesse na educação um campo no qual minhas inquietações encontravam sentido. As dificuldades estruturais presentes no trabalho educacional faziam parte da realidade vivenciada, mas também evidenciavam a potência da educação como espaço de formação, cuidado e transformação social. Naquele contexto, começou a se delinear uma relação mais profunda com o ato de educar.

Após concluir o curso de Comércio Exterior, em 2012, iniciei uma nova etapa acadêmica ao ingressar no curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. A universidade ampliou significativamente meus horizontes intelectuais, permitindo contato com debates sobre feminismo, gênero, relações étnico-raciais, sexualidade e diferentes questões sociais que já despertavam minha atenção desde a infância e adolescência. Nesse espaço, inquietações que antes apareciam de forma dispersa passaram a encontrar conceitos, perspectivas teóricas e possibilidades de investigação.

A experiência como educadora infantil continuou aprofundando minha relação com a educação. Após a graduação em Geografia, busquei ampliar minha formação por meio de uma pós-graduação em Gestão, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar e iniciei também

o curso de Pedagogia. O interesse pelo universo infantil, pela aprendizagem e pelos processos educativos tornou-se cada vez mais presente na minha trajetória profissional e acadêmica.

Em 2019, prestei novo concurso público para a Prefeitura de Uberlândia e fui aprovada para os cargos de professora do Ensino Fundamental I e Profissional de Apoio Escolar. A rotina profissional tornou-se mais intensa, exigindo uma dedicação significativa ao trabalho cotidiano. Mesmo diante das demandas da profissão, o desejo de continuar estudando permaneceu presente. A vontade de realizar um mestrado estava relacionada à minha disposição para investigar, questionar e compreender problemas que ultrapassassem a experiência imediata.

Desde esse período, já existia o desejo de desenvolver uma pesquisa relacionada à história das mulheres. Esse interesse não surgiu apenas como escolha temática, mas como continuidade de uma inquietação que acompanhava minha trajetória desde a infância e que encontrou no ambiente acadêmico condições para ser elaborada como problema de investigação.

Ingressar no mestrado representa, para mim, uma conquista que ultrapassa a dimensão individual. Essa trajetória está relacionada à história da minha família e às oportunidades que foram construídas em meio a diferentes limitações sociais. Carrego comigo a memória da minha avó, uma mulher semianalfabeta; da minha mãe, que sempre compreendeu a educação como caminho de transformação; e da minha tia, que dedicou sua vida ao trabalho de limpeza em casas de outras pessoas. Minha formação acadêmica também é atravessada por essas histórias.

Cresci em uma realidade social na qual o acesso ao conhecimento superior não era algo garantido. Como expressa o cantor Emicida em sua produção artística, existem estruturas sociais que dificultam a mobilidade de pessoas em condições de vulnerabilidade. Nesse contexto, alcançar a pós-graduação representa um percurso construído diante de obstáculos concretos e reafirma o valor atribuído ao conhecimento como possibilidade de ampliação das perspectivas individuais e coletivas.

Ao longo do percurso acadêmico, a pesquisa foi se constituindo como um processo atravessado por revisões, descobertas e mudanças de compreensão. A investigação sobre as mulheres que nomeiam escolas públicas municipais de Uberlândia nasceu inicialmente do desejo de reconstruir suas trajetórias e compreender os sentidos das homenagens que mantêm seus nomes presentes no espaço escolar. Entretanto, o contato com as fontes modificou a própria configuração do problema, conforme já mencionado anteriormente.

Os resultados da pesquisa apresentados nos capítulos seguintes foram organizados a partir desse percurso investigativo, evidenciando os caminhos metodológicos construídos, os desafios encontrados e as reformulações teóricas produzidas durante o desenvolvimento do trabalho. A introdução apresenta o objeto de estudo, a problemática, os objetivos, os procedimentos metodológicos e este memorial acadêmico, situando a pesquisadora e as motivações que orientaram a investigação.

Os capítulos posteriores aprofundam a análise da presença nominal e da ausência narrativa das mulheres que nomeiam escolas municipais de Uberlândia, articulando dados empíricos e discussões teóricas relacionadas a gênero, memória e historiografia. A trajetória de Dona Orlanda Neves Strack é examinada como uma experiência singular dentro do conjunto investigado, por apresentar elementos documentais que permitem uma reconstrução biográfica mais ampla.

A conclusão retoma os principais resultados da investigação e discute as implicações da ausência documental enquanto elemento constitutivo da memória pública. A pesquisa busca, nesse sentido, compreender como as homenagens inscritas no espaço educacional podem conviver com processos de esquecimento e quais caminhos podem contribuir para fortalecer a preservação das memórias das mulheres que integram a história da cidade.

2. DELINEAMENTO INICIAL DA PESQUISA

“Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas. Mas por que esse silêncio? Ou antes: será que as mulheres têm uma história?” (Perrot, 2007, p. 16)

A provocação apresentada por Michelle Perrot (2007, p. 16) estabelece uma relação direta com o impulso inicial desta pesquisa: investigar e tornar públicas as histórias das mulheres constituem uma forma de compreender como determinados sujeitos são reconhecidos, lembrados e incorporados às narrativas sociais. Nos espaços educacionais, a presença de referências femininas vinculadas a trajetórias concretas pode contribuir para ampliar as possibilidades de identificação e pertencimento das novas gerações, especialmente quando essas homenagens são acompanhadas por narrativas capazes de apresentar as experiências das mulheres que dão nome às instituições.

A construção de perfis biográficos foi, inicialmente, a estratégia metodológica escolhida para acessar as trajetórias das mulheres homenageadas. Conforme Dosse (2009), a biografia pode ser utilizada como instrumento de sondagem histórica, pois permite investigar sujeitos

individuais em articulação com os contextos sociais, políticos e culturais nos quais suas trajetórias foram constituídas. A partir dessa compreensão, as lacunas encontradas durante o levantamento das informações deixaram de ser tratadas como limitações externas ao trabalho e passaram a ser analisadas como elementos capazes de revelar as condições de produção da memória e do esquecimento em contextos locais.

Esse movimento conduziu a pesquisa a lidar com uma tensão permanente entre a intenção inicial de reconstruir percursos de vida e a realidade encontrada nas fontes documentais. A escassez de informações sobre as patronas não representava apenas uma dificuldade para a elaboração dos perfis biográficos, mas também oferecia indícios sobre os processos históricos pelos quais determinadas trajetórias femininas foram pouco preservadas nos registros oficiais e nas memórias institucionais. Nesse sentido, a ausência documental passou a integrar o próprio problema investigado.

A busca por informações básicas sobre as mulheres homenageadas, como formação educacional, inserção profissional, atuação pública e relações estabelecidas com a comunidade, revelou-se gradualmente como um caminho de investigação das próprias condições que produzem a presença ou a ausência dessas narrativas. O levantamento envolveu consultas ao repositório institucional da Universidade Federal de Uberlândia, contatos diretos com as escolas para realização de visitas presenciais e análise de documentos internos, incluindo projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos escolares e acervos disponíveis nas bibliotecas das instituições.

Esse processo também envolveu diálogos com gestores escolares, buscando identificar possíveis vínculos existentes entre as escolas e familiares, amigos ou pessoas próximas das mulheres homenageadas. Paralelamente, foram realizadas interlocuções com historiadores da cidade, consultas aos arquivos da Câmara Municipal para levantamento das atas relacionadas à nomeação das instituições e pesquisas no Arquivo Público Municipal, onde foram examinados periódicos publicados no período correspondente à criação das unidades escolares. As mídias sociais também foram utilizadas como recurso complementar de investigação, especialmente na tentativa de localizar pessoas com sobrenomes semelhantes aos das patronas ou iniciativas locais relacionadas à preservação da memória urbana.

Apesar da diversidade de caminhos percorridos na busca por informações, os resultados encontrados apresentaram um padrão recorrente: a ausência de vínculos documentados entre as patronas e as instituições escolares que receberam seus nomes. Não foram localizados registros biográficos sistematizados, referências históricas produzidas pelas escolas ou contatos institucionais mantidos com familiares das homenageadas. Essa constatação permitiu compreender que a permanência dos nomes femininos nas fachadas das instituições não

corresponde, necessariamente, à preservação das trajetórias dessas mulheres na memória escolar.

Deacordo com Laville e Dionne (1999), a pesquisa científica consiste em um processo racional e reflexivo orientado por procedimentos sistemáticos de investigação. A produção do conhecimento não ocorre pela simples aplicação de técnicas previamente definidas, pois envolve a elaboração de problemas, a análise das evidências encontradas e a revisão das estratégias utilizadas diante das informações que emergem durante o percurso investigativo.

O desenvolvimento desta pesquisa confirmou essa característica apontada pelos autores. O caminho inicialmente planejado passou por reformulações diante das condições encontradas no campo empírico. Laville e Dionne (1999) observam que hipóteses podem não encontrar correspondência direta na realidade investigada, e essa possibilidade integra o próprio movimento da pesquisa científica. Para os autores, a atenção do pesquisador e da pesquisadora aos sinais produzidos pelo campo permite reconhecer quando determinados resultados exigem uma revisão dos caminhos inicialmente traçados:

O pesquisador [e a pesquisadora], se for atento e minucioso, habitualmente encontra no caminho indícios que o levam a reconsiderar, em tempo útil, as hipóteses frágeis. Nesse caso, em lugar de continuar em um caminho que poderia revelar-se sem saída, ele prefere voltar atrás, revisando, ajustando ou modificando suas hipóteses antes de prosseguir seu trabalho. (Laville e Dionne, 1999, p. 275).

Essa disposição para a reorientação metodológica não deve ser compreendida como fragilidade da investigação, mas como uma postura intelectual diante da complexidade dos fenômenos analisados. A pesquisa científica envolve a possibilidade de que os dados encontrados durante o percurso investigativo conduzam a caminhos distintos daqueles inicialmente previstos. Nesse sentido, a pesquisadora que reconhece a possibilidade de suas expectativas serem confrontadas pelas evidências produzidas no campo demonstra abertura analítica e compromisso com o rigor metodológico. Conforme Laville e Dionne (1999), a atenção aos elementos que emergem da investigação constitui uma característica fundamental do trabalho científico, pois permite revisar interpretações e reformular procedimentos quando a realidade investigada exige novos direcionamentos.

Essa compreensão encontra fundamentos também no campo da filosofia da ciência. Ao discutir as contribuições de Karl Popper e Thomas Kuhn, Köche (2011) examina como o desenvolvimento do conhecimento científico está relacionado à capacidade de reconhecer os limites das explicações disponíveis e submetê-las a processos críticos de avaliação. Segundo Popper, conforme apresentado por Köche (2011, p. 53), a atitude científica não consiste em buscar apenas evidências que confirmem uma hipótese previamente formulada, mas em

submetê-la a situações nas quais suas limitações possam ser identificadas. A crítica, nessa perspectiva, possui uma função constitutiva da produção científica, pois possibilita que problemas sejam reformulados e que novas compreensões sejam construídas a partir das dificuldades encontradas.

A discussão proposta por Thomas Kuhn também contribui para compreender esse movimento. De acordo com a concepção apresentada por Köche (2011), a ciência se desenvolve em contextos históricos específicos nos quais determinados modelos explicativos orientam a interpretação dos fenômenos. Quando esses modelos encontram dificuldades para explicar determinados aspectos da realidade investigada, abre-se espaço para revisões conceituais e reorganizações das formas de compreender o objeto científico. Essa perspectiva permite compreender que mudanças no percurso de uma pesquisa podem decorrer da própria dinâmica do conhecimento, especialmente quando novos elementos desafiam as interpretações inicialmente estabelecidas.

No campo da pesquisa qualitativa, Bauer e Gaskell (2008) também ressaltam que o percurso investigativo dificilmente permanece restrito ao planejamento inicial. Para os autores, a pesquisa qualitativa possui uma dimensão reflexiva, pois os dados produzidos durante o processo podem exigir alterações nos instrumentos utilizados, nos critérios de seleção dos participantes e nas próprias questões que orientam a investigação. A aproximação com o campo permite identificar aspectos que não estavam plenamente previstos no momento inicial do projeto e que passam a adquirir relevância analítica conforme a pesquisa avança.

Essa perspectiva ajuda a compreender a trajetória metodológica desenvolvida neste trabalho. A ausência documental passou a ser compreendida como parte do fenômeno investigado, pois permitiu examinar as condições históricas e institucionais que influenciam quais trajetórias permanecem registradas e quais encontram dificuldades para integrar as narrativas preservadas socialmente. Reconhecer esse movimento e incorporá-lo à fundamentação teórica e metodológica tornou-se uma etapa fundamental para compreender a relação entre memória, poder, gênero e apagamento institucional.

2.1 Estratégias Metodológicas

O percurso construído a partir dessa constatação orienta-se pela análise crítica desses vazios informacionais, compreendendo-os como manifestações de processos históricos, sociais e simbólicos que influenciam a permanência ou o apagamento das trajetórias femininas na memória pública.

A metodologia de pesquisa, conforme Köche (2011), ocupa uma posição fundamental na construção do conhecimento científico, especialmente no campo das ciências humanas, pois orienta as formas pelas quais o objeto de estudo é delimitado, interpretado e analisado. Nesta pesquisa a definição metodológica foi compreendida nesta pesquisa como parte integrante da própria produção do conhecimento, considerando que os caminhos escolhidos influenciam a maneira pela qual o objeto se torna inteligível. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos mobilizados no desenvolvimento deste estudo.

A pesquisa bibliográfica consiste em um procedimento metodológico destinado à investigação de um objeto de estudo por meio do diálogo com conhecimentos já produzidos em determinada área científica. De acordo com Köche (2011, p. 122), esse tipo de pesquisa envolve o levantamento, a análise e a interpretação de produções acadêmicas que contribuem para a compreensão do problema investigado. A partir desse procedimento, o pesquisador examina conceitos, teorias e debates existentes, buscando identificar fundamentos capazes de sustentar a análise desenvolvida.

No presente estudo, a pesquisa bibliográfica constituiu a base teórica para compreender conceitos fundamentais relacionados à problemática investigada, como gênero, memória, historiografia, apagamento da história feminina e toponímia. Foram analisadas produções clássicas e contemporâneas vinculadas aos campos da História, dos Estudos de Gênero, dos Estudos Culturais e da Memória Social, com atenção especial às contribuições de autoras mulheres cuja produção intelectual permite examinar as formas pelas quais determinadas experiências femininas foram historicamente registradas, interpretadas ou silenciadas.

A pesquisa documental, de acordo com Laville e Dionne (1999), consiste em um procedimento investigativo baseado na análise de documentos produzidos em diferentes contextos sociais, institucionais e históricos. Esse tipo de abordagem permite examinar registros que apresentam informações sobre práticas administrativas, acontecimentos históricos e formas de organização da vida social, possibilitando ao pesquisador reconstruir aspectos do fenômeno estudado a partir das fontes disponíveis.

Nesta pesquisa, a investigação documental constituiu um dos principais caminhos procedimentais, orientando-se pela busca, análise e problematização de registros relacionados às mulheres que nomeiam escolas municipais de Uberlândia. Foram consultados documentos institucionais disponíveis nas unidades escolares, incluindo projetos político-pedagógicos, regimentos escolares e materiais pertencentes aos acervos das bibliotecas. Também foram estabelecidos diálogos com a Secretaria Municipal de Educação e com o Centro Municipal de

Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), tanto para obtenção de autorizações quanto para levantamento de informações referentes às instituições investigadas.

O levantamento documental também envolveu consultas ao Arquivo Público Municipal e à Câmara Municipal de Uberlândia, onde foram examinados periódicos, registros administrativos, legislações, atas e documentos relacionados aos processos de nomeação das unidades escolares. Paralelamente, foram realizados contatos com historiadores, pesquisadores locais e iniciativas dedicadas à preservação da memória urbana, como o projeto Uberlândia de Ontem e Sempre, buscando identificar possíveis informações capazes de ampliar a compreensão sobre as trajetórias das mulheres homenageadas.

A pesquisa-ação configura-se como uma abordagem metodológica voltada à compreensão e transformação de situações concretas por meio da participação dos sujeitos envolvidos no processo investigativo. Segundo Corrêa, Campos e Almagro (2018, p. 62-72), essa modalidade de pesquisa parte de uma problemática vivenciada no contexto social e busca articular reflexão crítica, produção de conhecimento e construção de possibilidades de intervenção. O pesquisador participa do campo investigado, estabelecendo relações entre os conhecimentos produzidos teoricamente e as experiências observadas na realidade estudada.

Nesta pesquisa, a pesquisa-ação foi utilizada como abordagem complementar, considerando que a pesquisadora integra a rede municipal de educação como professora e possui inserção direta no contexto analisado. Essa posição possibilitou estabelecer diálogos com instituições escolares, profissionais da educação, gestores e agentes envolvidos com a preservação da memória local. A dimensão interventiva da pesquisa-ação também se expressa na proposta apresentada ao final do trabalho, elaborada com o objetivo de contribuir para a construção de estratégias que possam enfrentar, gradualmente, as estruturas institucionais e simbólicas relacionadas à invisibilidade das trajetórias femininas.

A pesquisa qualitativa busca compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e às práticas sociais que constituem seus contextos de vida. De acordo com Bauer e Gaskell (2008), essa abordagem dedica-se à análise das formas pelas quais as pessoas interpretam a realidade social e constroem significados em suas relações cotidianas. Minayo (2014) explica que a pesquisa qualitativa se ocupa de dimensões da realidade relacionadas ao universo simbólico, aos valores, às representações e às interpretações produzidas socialmente, aspectos que não podem ser reduzidos a procedimentos de quantificação.

A partir dessa perspectiva, o método qualitativo permite examinar como determinados significados são produzidos, preservados ou esquecidos em contextos históricos específicos. A análise desenvolvida nesta pesquisa considera que os processos de nomeação das escolas e a

permanência dos nomes das patronas envolvem práticas sociais carregadas de sentidos, tornando necessário investigar os registros existentes e as ausências que atravessam esses registros.

Este trabalho foi desenvolvido como uma pesquisa qualitativa fundamentada na articulação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa-ação. Essa composição metodológica foi construída a partir das necessidades apresentadas pelo próprio objeto investigado, permitindo examinar fontes teóricas, documentos institucionais e experiências produzidas durante o contato com o campo. A utilização desses procedimentos possibilitou analisar os limites encontrados na reconstrução das trajetórias femininas, compreender o significado das ausências documentais e aprofundar a investigação sobre as relações entre memória, gênero e apagamento no contexto das nomeações escolares.

O levantamento realizado identificou que a rede municipal de ensino de Uberlândia é composta por 127 unidades escolares, sendo 67 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 60 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs). Também fazem parte da estrutura educacional do município o Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE) e a Cidade da Música, instituições destinadas a atividades de formação, desenvolvimento pedagógico e ações educacionais e culturais específicas.

A sistematização desses dados permitiu delimitar o universo empírico da pesquisa, identificando as instituições integrantes da rede municipal e possibilitando a análise dos padrões presentes nos processos de nomeação. O mapeamento das unidades escolares constituiu uma etapa inicial para compreender a distribuição das homenagens e localizar as instituições que possuem nomes femininos, permitindo observar a dimensão da presença dessas referências na organização simbólica da educação municipal.

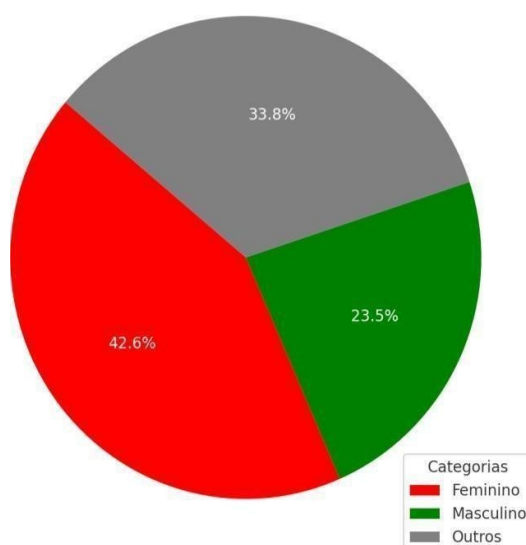
A partir dos dados obtidos, foram elaboradas representações gráficas destinadas a apresentar a distribuição de gênero nos nomes das instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da rede municipal de Uberlândia (ver anexo A, que contém a listagem completa das escolas municipais obtida junto à Secretaria Municipal de Educação). A classificação considerou três categorias analíticas: instituições nomeadas em homenagem a figuras femininas, instituições nomeadas em homenagem a figuras masculinas e denominações neutras ou institucionais, nas quais não há referência direta a indivíduos.

A utilização dessa classificação permite observar como diferentes sujeitos e referências simbólicas ocupam o espaço público escolar por meio dos processos de nomeação. Os gráficos foram elaborados em formato de pizza com o objetivo de facilitar a visualização das proporções encontradas entre as categorias analisadas, oferecendo uma representação inicial da presença

feminina e masculina nas denominações das instituições municipais de ensino.

A seguir, serão apresentados os gráficos correspondentes às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, juntamente com uma análise do panorama geral resultante da consolidação dos dados.

Gráfico 1- Distribuição dos nomes por gênero na Educação Infantil



Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Elaborado pela autora

A análise da nomeação das escolas municipais de Educação Infantil de Uberlândia permite examinar a presença simbólica de referências femininas, masculinas e neutras, entendidas como denominações que não fazem referência direta a indivíduos específicos, no espaço público educacional. A partir do levantamento realizado, identificou-se que, entre as 67 instituições analisadas, 29 escolas (42,6%) receberam nomes femininos, 16 escolas (23,5%) possuem denominações masculinas e 23 escolas (33,8%) apresentam nomes neutros ou institucionais.

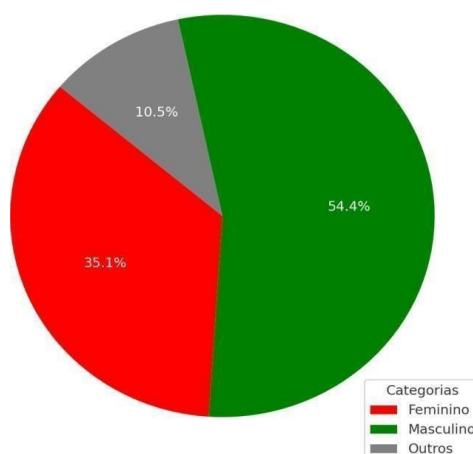
A predominância de nomes femininos nessa etapa de ensino constitui um dado relevante para compreender a relação histórica entre mulheres e educação infantil. Essa distribuição pode estar associada ao processo de feminização do magistério analisado por Michelle Perrot (2007), conceito que descreve a concentração progressiva das mulheres nas atividades docentes, especialmente nos níveis iniciais de escolarização. De acordo com a autora, a expansão da presença feminina na educação esteve vinculada às transformações das possibilidades profissionais destinadas às mulheres, mas também às concepções sociais que atribuíram ao feminino determinadas funções relacionadas ao cuidado e à formação das crianças.

A concentração de mulheres na educação infantil parece acompanhar uma construção histórica segundo a qual as atividades de cuidado, acolhimento e educação das crianças pequenas foram associadas às características consideradas próprias do universo feminino. Nesse processo, mulheres passaram a ser vistas como figuras adequadas para a educação inicial, enquanto os homens permaneceram mais vinculados aos espaços de produção do conhecimento científico, aos níveis superiores de ensino e às posições de maior reconhecimento institucional. A feminização do magistério, nesse sentido, ampliou a participação feminina na escola, mas também incorporou hierarquias de gênero presentes na própria organização educacional.

Segundo Perrot (2007), esse movimento ultrapassou o campo específico da docência e integrou transformações mais amplas relacionadas às profissões de cuidado. A autora demonstra como atividades historicamente desempenhadas por religiosas no atendimento aos enfermos foram gradualmente reorganizadas na profissão de enfermagem, incorporando conhecimentos técnicos sem abandonar completamente a associação entre trabalho feminino e cuidado corporal. Processo semelhante ocorreu com a crescente valorização social da infância promovida pelo Estado moderno, que transformou a saúde e o desenvolvimento infantil em preocupações públicas.

A distribuição encontrada nas escolas municipais de Educação Infantil de Uberlândia permite observar como essas representações históricas permanecem inscritas na memória institucional da cidade. O gráfico apresenta uma predominância quantitativa de homenagens femininas, mas também revela a continuidade de uma associação simbólica entre o feminino e a educação infantil. Esse dado dialoga com a análise de Perrot (2007) sobre a feminização dos espaços educacionais e permite investigar como determinadas concepções históricas sobre gênero permanecem presentes nos processos contemporâneos de nomeação escolar.

Gráfico 2 - Distribuição dos nomes por gênero no Ensino Fundamental



Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Elaborado pela autora

A análise dos nomes das escolas municipais de Ensino Fundamental de Uberlândia permite observar uma distribuição distinta daquela encontrada na Educação Infantil, especialmente em relação à presença simbólica de referências masculinas e femininas no espaço público educacional. Entre as 60 instituições analisadas, 33 escolas (54,4%) possuem nomes associados a personalidades masculinas, 21 escolas (35,1%) homenageiam figuras femininas e 6 escolas (10,5%) apresentam denominações neutras ou institucionais, sem referência direta a pessoas específicas.

A predominância de nomes masculinos nesse segmento educacional pode ser compreendida a partir da longa tradição histórica de atribuição de maior visibilidade pública a trajetórias masculinas relacionadas às esferas política, intelectual, militar, religiosa e administrativa. A constituição desses espaços de reconhecimento esteve marcada por estruturas sociais que limitaram durante séculos a participação feminina em funções consideradas de maior prestígio público. Esse processo histórico contribuiu para que determinadas memórias masculinas ocupassem maior presença nos espaços de representação coletiva.

De acordo com Perrot (2007), a distribuição desigual entre homens e mulheres nos diferentes níveis de ensino está relacionada às concepções de gênero construídas historicamente. A autora demonstra que a feminização do magistério ocorreu principalmente nos níveis iniciais da escolarização, espaços associados ao cuidado e à formação moral das crianças. A presença feminina no campo educacional ampliou-se nesse contexto, mas permaneceu vinculada a funções socialmente interpretadas como extensões das atribuições domésticas. Os níveis mais elevados de ensino continuaram relacionados a conhecimentos considerados mais especializados e a posições institucionais de maior reconhecimento, circunstância que restringiu a participação feminina nesses espaços.

Esse percurso histórico ajuda a compreender por que as denominações das escolas de Ensino Fundamental apresentam maior presença masculina. À medida que a educação formal foi organizada segundo diferentes níveis de prestígio social, as posições associadas ao conhecimento científico, à administração escolar e à produção intelectual passaram a concentrar referências masculinas. Conforme Perrot (2007), a feminização do magistério não eliminou as desigualdades de gênero existentes na sociedade, pois ocorreu dentro de uma estrutura educacional que preservava distinções entre funções consideradas femininas e masculinas.

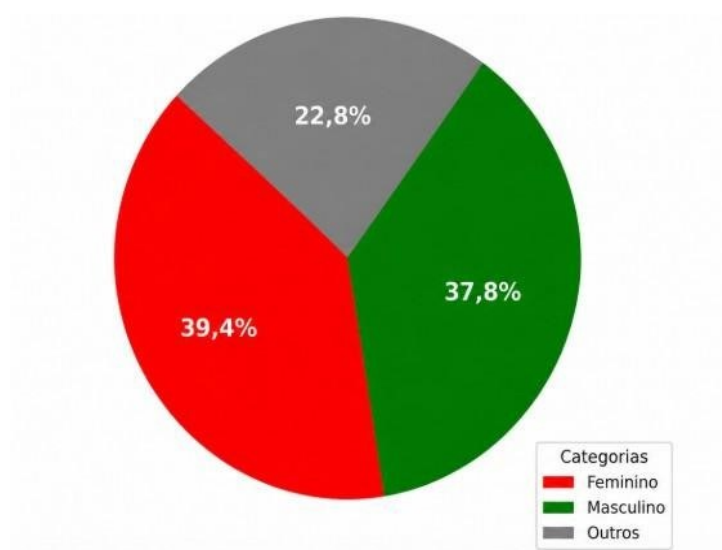
A análise qualitativa dos nomes atribuídos às instituições escolares municipais, conforme a listagem integral das escolas municipais de Uberlândia apresentada no Anexo A e obtida junto à Secretaria Municipal de Educação, permite identificar que parte dessas denominações mantém relação com trajetórias profissionais vinculadas à docência, à gestão escolar e à participação em atividades comunitárias. A nomeação das instituições revela, assim,

diferentes formas pelas quais determinadas trajetórias individuais são incorporadas à memória pública educacional do município.

Esse padrão pode ser observado no conjunto das 127 instituições municipais investigadas. Entre elas, 44 escolas possuem em suas denominações referências relacionadas a funções exercidas no campo educacional, como professora, diretora e inspetora, correspondendo a aproximadamente 34,6% do total analisado. A recorrência desses títulos indica que parte significativa das homenagens escolares se fundamenta em trajetórias profissionais desenvolvidas no próprio sistema educacional, conferindo reconhecimento público a sujeitos cuja atuação esteve vinculada à formação escolar.

Esse dado permite investigar uma característica específica da memória feminina construída por meio das nomeações escolares. A presença das mulheres no espaço público educacional parece estar frequentemente associada ao exercício de atividades relacionadas ao ensino e ao cuidado, campos historicamente vinculados ao feminino, conforme demonstra Perrot (2007) em sua análise sobre a feminização do magistério. Quando uma mulher recebe seu nome associado a uma instituição escolar, a homenagem frequentemente está relacionada à sua atuação dentro da própria educação. Surge, então, uma questão para a investigação: esse processo amplia as formas de reconhecimento das trajetórias femininas ou contribui para restringi-las ao papel socialmente construído de educadora?

Gráfico 3 - Distribuição total da nomeação por gênero nos nomes das escolas: Educação Infantil e Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secretaria Municipal de Educação (2025)

Ao reunir os dados referentes às escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental do município de Uberlândia, observa-se uma distribuição geral relativamente equilibrada entre homenagens femininas e masculinas, com uma discreta predominância de referências a mulheres. Das 127 instituições analisadas, 50 escolas (39,4%) possuem nomes femininos, 48 escolas (37,8%) apresentam nomes masculinos e 29 escolas (22,8%) possuem denominações neutras ou institucionais, isto é, nomes que não fazem referência direta a indivíduos específicos.

A distribuição encontrada sugere uma presença significativa de referências femininas no conjunto da rede municipal, especialmente quando considerada a concentração desses nomes nas instituições de Educação Infantil. Esse dado pode indicar uma forma de reconhecimento mais equilibrado entre trajetórias femininas e masculinas no processo de nomeação escolar, embora não seja possível afirmar que essa configuração tenha resultado de uma política deliberada de equidade de gênero. A interpretação desse fenômeno depende da análise de outros elementos históricos, como os períodos de criação das instituições, os processos administrativos de escolha dos nomes e os agentes envolvidos nessas decisões.

A existência de 29 instituições com denominações neutras ou institucionais, correspondendo a 22,8% do total analisado, também constitui um aspecto relevante da investigação. Essa parcela poderia indicar uma tendência de afastamento de homenagens personalizadas, mas essa hipótese exigiria o cruzamento com outras informações que não foram disponibilizadas durante a pesquisa, especialmente os dados referentes às datas de criação ou nomeação dos espaços. Essa análise ultrapassa os objetivos delimitados para o presente estudo e, por essa razão, não será desenvolvida nesta etapa. As denominações sem referência direta a indivíduos podem reduzir determinadas disputas simbólicas relacionadas à escolha de homenageados, embora também possam contribuir para a ausência de registros sobre trajetórias individuais, sobretudo aquelas vinculadas a grupos historicamente sub-representados na memória pública.

A leitura conjunta dos dados sobre as nomeações escolares em Uberlândia permite compreender que a distribuição estatística entre nomes femininos, masculinos e neutros constitui apenas uma dimensão do fenômeno investigado. As escolhas toponímicas revelam uma forma de organização simbólica do espaço público educacional, na qual determinadas memórias são incorporadas às instituições e outras permanecem menos visíveis. Conforme Queiroga (2021), os nomes atribuídos aos espaços públicos não funcionam como referências neutras de identificação, pois envolvem processos sociais de seleção, valorização e preservação de determinadas narrativas históricas.

Nesse sentido, a concentração de nomes femininos na Educação Infantil e a maior presença masculina no Ensino Fundamental podem ser compreendidas em relação ao processo histórico de feminização do magistério analisado por Perrot (2007). A autora demonstra que a associação entre mulheres e educação das crianças pequenas foi construída a partir de concepções sociais sobre cuidado, maternidade e formação moral, enquanto os espaços educacionais relacionados ao conhecimento considerado mais especializado permaneceram durante longo período vinculados a trajetórias masculinas. A presença de mulheres nas nomeações escolares, desse modo, precisa ser analisada considerando os contextos em que essas homenagens ocorrem e as narrativas associadas às trajetórias preservadas.

A ausência de informações biográficas sobre parte das mulheres homenageadas evidencia outro aspecto da problemática investigada. A inscrição de um nome feminino na fachada de uma instituição escolar não garante, por si só, a preservação da memória daquela trajetória. Quando a homenagem não é acompanhada por registros históricos, materiais institucionais ou narrativas públicas que expliquem quem foi a pessoa homenageada, o nome permanece como referência formal, mas sua dimensão memorial pode se tornar limitada.

Diante disso, torna-se necessário examinar como essas instituições estão distribuídas no território municipal, quais contextos históricos envolveram sua criação e quais critérios orientaram a escolha dos nomes atribuídos às escolas. Essa investigação orienta a próxima seção, dedicada à análise da distribuição territorial e dos processos de seleção das instituições que compõem o universo empírico desta pesquisa.

2.2. Fragmentos de uma busca: o silêncio documental

A definição do universo empírico constitui uma etapa fundamental para a coerência metodológica da pesquisa, pois delimita a relação entre os objetivos propostos, os procedimentos adotados e os resultados construídos ao longo da investigação. De acordo com Laville e Dionne (1999), uma pesquisa precisa explicitar os caminhos percorridos para a produção do conhecimento, permitindo que suas escolhas metodológicas sejam compreendidas e examinadas por outros pesquisadores. É a partir desse pressuposto que se fundamentam as decisões tomadas para a composição do recorte empírico desta dissertação.

Considerando as limitações temporais e operacionais que atravessaram o desenvolvimento da pesquisa, especialmente após a necessidade de reformulação do produto inicialmente previsto, optou-se por não abranger todas as instituições da rede municipal de Uberlândia nomeadas em homenagem as mulheres. A ampliação integral do universo investigativo exigiria um percurso documental mais extenso, incompatível com as condições de

tempo disponíveis para a realização deste estudo. Diante disso, tornou-se necessário estabelecer critérios de seleção capazes de constituir uma amostra representativa da diversidade territorial e institucional das homenagens femininas presentes na rede municipal de ensino.

A composição do corpus foi orientada por três critérios articulados entre si. O primeiro refere-se à distribuição geográfica das instituições nos diferentes setores do município de Uberlândia: central, norte, sul, leste e oeste. Esse critério foi estabelecido considerando que a localização das escolas não constitui apenas uma dimensão espacial, mas está relacionada a processos históricos, sociais e econômicos que configuram diferentes realidades socioterritoriais. Assim, buscou-se selecionar uma instituição com nome feminino em cada região administrativa analisada.

O segundo critério correspondeu à delimitação das instituições pertencentes ao Ensino Fundamental I e II. Essa escolha relaciona-se às características dessas unidades escolares, que possuem ciclos mais prolongados de formação e estruturas administrativas consolidadas, favorecendo a investigação da memória institucional associada aos nomes atribuídos às escolas. A escolha desse nível de ensino também se vincula à possibilidade de desenvolver atividades educativas relacionadas à história das mulheres, aos processos de invisibilização de determinadas trajetórias e às disputas simbólicas presentes na construção da memória coletiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância do ensino da história local e regional como instrumento de construção da identidade e do pertencimento, permitindo que estudantes compreendam sua comunidade como espaço histórico constituído por diferentes sujeitos e experiências. Nesse sentido, os nomes atribuídos às instituições escolares ultrapassam a função administrativa de identificação. Quando uma escola recebe o nome de uma mulher, essa denominação apresenta um potencial educativo relacionado à preservação e circulação de sua trajetória histórica, embora esse potencial dependa da existência de narrativas, registros e práticas pedagógicas que atribuam significado ao nome inscrito no espaço escolar.

Nesse horizonte, a Lei nº 14.986, sancionada em 25 de setembro de 2024 e com vigência a partir de 2025 (Brasil, 2024), apresenta uma implicação relevante para a problemática investigada. A legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), tornando obrigatória, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a inclusão de abordagens relacionadas às experiências e perspectivas femininas nos conteúdos curriculares. Conforme estabelece a norma, essas abordagens devem contemplar aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, valorizando contribuições, experiências e conquistas das mulheres nas diferentes áreas da vida social (cf. Brasil, 2024).

A existência dessa determinação legislativa permite formular uma questão diretamente relacionada aos dados encontrados nesta pesquisa: como desenvolver uma educação voltada ao reconhecimento das contribuições femininas quando parte das próprias instituições escolares que carregam nomes de mulheres não possui informações biográficas sobre essas homenageadas? A Lei nº 14.986/2024 pressupõe a necessidade de inserir essas trajetórias no currículo escolar, mas a investigação empírica realizada demonstra que muitas dessas memórias não foram preservadas pelos próprios registros institucionais. A efetivação dessa proposta curricular envolve, nesse sentido, um trabalho anterior de reconstrução das narrativas femininas apagadas ou pouco documentadas, processo que constitui uma das preocupações centrais desta dissertação.

O terceiro critério utilizado para a seleção das instituições foi o número de matrículas ativas, escolhido com o objetivo de direcionar a análise para escolas com maior alcance comunitário. Conforme a perspectiva metodológica apresentada por Laville e Dionne (1999), a seleção dos elementos investigados deve considerar sua pertinência em relação ao problema de pesquisa, priorizando aqueles capazes de oferecer maior contribuição analítica para o objeto estudado.

A articulação entre distribuição geográfica, nível de ensino e abrangência comunitária permitiu construir um recorte empírico capaz de representar diferentes contextos da rede municipal de Uberlândia. Embora composto por cinco instituições, esse conjunto possibilita examinar como as homenagens femininas são produzidas em diferentes espaços da cidade e quais elementos aparecem associados à preservação ou ao apagamento dessas trajetórias.

A partir desses critérios, foram selecionadas as seguintes instituições públicas municipais:

- ✓ Setor central: CEMEPE, Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais
Julieta Diniz;
- ✓ Setor norte: Escola Municipal Professora Orlanda Neves Strack;
- ✓ Setor sul: Escola Municipal Professora Olga Del Fávero;
- ✓ Setor leste: Escola Municipal Hilda Leão Carneiro.
- ✓ Setor oeste: Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio.

A seleção dessas unidades escolares situadas em diferentes setores do município possibilitou examinar como as homenagens femininas se manifestam em contextos territoriais e socioculturais distintos. A atribuição de um nome a uma instituição pública envolve escolhas

realizadas por agentes políticos e administrativos, produzindo efeitos sobre a forma como determinadas trajetórias são incorporadas à memória coletiva das comunidades escolares. Nesse sentido, investigar os nomes das escolas municipais de Uberlândia permite compreender como relações de gênero, reconhecimento público e disputas de memória atravessam o espaço educativo.

A análise dos documentos oficiais obtidos junto à Câmara Municipal de Uberlândia, disponíveis no Anexo C, permitiu reconstruir parcialmente o contexto histórico e legislativo relacionado às cinco instituições que compõem o recorte empírico desta pesquisa. O conjunto documental examinado reúne projetos de lei, mensagens encaminhadas pelo Executivo municipal ao Legislativo, pareceres das comissões parlamentares e, em apenas um caso, uma biografia da homenageada. Esses registros possibilitam identificar as circunstâncias formais das nomeações, os agentes envolvidos nos processos legislativos e os argumentos utilizados para fundamentar as escolhas realizadas.

A documentação analisada apresenta, entretanto, uma característica recorrente: a presença do nome da homenageada não é acompanhada, em grande parte dos casos, por informações suficientes para reconstruir sua trajetória. Os documentos registram o ato administrativo que institui ou altera a denominação das instituições, mas deixam lacunas sobre as experiências, contribuições e percursos históricos das mulheres cujos nomes passaram a integrar o espaço público escolar. Essa ausência documental constitui um elemento central da investigação, pois permite analisar como determinadas memórias são preservadas por meio da nomeação, enquanto as narrativas que dariam significado a essas homenagens permanecem pouco acessíveis. A seguir, apresenta-se uma descrição individual das instituições selecionadas, construída a partir da documentação encontrada e das informações obtidas durante o percurso investigativo.

O Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz, conhecido pela sigla CEMEPE, foi instituído pela Lei Complementar nº 151, de 2 de setembro de 1996, sancionada pelo prefeito Paulo Ferolla da Silva, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), atualmente denominado Partido Renovação Democrática. Entre as instituições analisadas, o CEMEPE não é considerado unidade escolar, é destinado ao apoio pedagógico, à formação continuada e ao desenvolvimento de projetos educacionais, sem funcionar como unidade escolar regular. A instituição está localizada na Rua José Ignácio de Souza, nº 1.958, no Bairro Brasil.

A natureza institucional do CEMEPE atribui uma dimensão específica à homenagem realizada. Diferentemente das escolas destinadas diretamente à educação básica, sua função consiste em oferecer suporte formativo aos profissionais da educação municipal, fazendo com

que a presença do nome Julieta Diniz esteja vinculada ao principal espaço institucional de formação docente da rede municipal.

Os documentos que fundamentaram a criação do CEMEPE, entretanto, não apresentam informações biográficas sobre a homenageada. A mensagem encaminhada pelo prefeito à Câmara Municipal, responsável por acompanhar o projeto de lei, concentra-se na justificativa administrativa para a criação da instituição, mencionando princípios constitucionais e demandas educacionais do município, sem apresentar informações sobre Julieta Diniz ou explicar os motivos que levaram à escolha de seu nome.

Essa ausência produz uma questão relevante para a análise da memória institucional: a instituição criada para fortalecer a formação dos profissionais da educação municipal carrega o nome de uma mulher cuja trajetória permanece sem documentação pública acessível nos registros oficiais consultados. O nome está presente na legislação que instituiu o CEMEPE, mas a história da pessoa homenageada não foi incorporada ao processo documental que fundamentou sua criação. Permanecem, assim, questões fundamentais para a compreensão da homenagem: quem foi Julieta Diniz, quais foram suas contribuições para a educação uberlandense e quais critérios orientaram a escolha de seu nome para uma instituição dessa relevância simbólica.

A Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio é a mais antiga entre as instituições que compõem o recorte empírico desta pesquisa. Foi criada pela Lei nº 5.484, de 26 de fevereiro de 1992, de autoria do prefeito Virgílio Galassi (Partido Progressista Brasileiro PPB - atual Partido Progressista PP). Localiza-se no Bairro Mansur, setor oeste do município. Sua criação integrou um movimento mais amplo de expansão da rede física de ensino promovido pela administração municipal no início da década de 1990, quando diversas unidades escolares foram instituídas simultaneamente em bairros que careciam de infraestrutura educacional.

A análise dos documentos que fundamentaram sua criação revela um silêncio absoluto sobre a trajetória da homenageada. A mensagem encaminhada pelo prefeito à Câmara Municipal justifica a criação da escola exclusivamente com base na necessidade de ampliar a oferta educacional no Bairro Mansur e na meta administrativa de construção de uma rede física adequada de escolas municipais. O nome de Cecy Cardoso Porfírio aparece apenas no título do projeto de lei "Institui a Escola Municipal de 1º Grau e Suplência, Professora Cecy Cardoso Porfírio" sem que qualquer documento do processo legislativo mencione uma linha sobre quem foi essa professora, qual foi sua atuação no campo educacional ou quais razões motivaram a escolha de seu nome. Os pareceres das comissões da Câmara Municipal tampouco suprem essa lacuna: limitam-se a analisar os aspectos formais e constitucionais do projeto, sem qualquer

referência à homenageada. Desde 1992, portanto, Cecy Cardoso Porfírio empresta seu nome a uma escola pública municipal de Uberlândia e permanece, nos registros oficiais, uma completa desconhecida.

A Escola Municipal Professora Olga Del Fávero foi instituída pela Lei nº 5.868, de 1º de novembro de 1993, também de autoria do prefeito Paulo Ferolla da Silva, e está localizada na Rua Jordânia, s/nº, no Bairro Parque das Laranjeiras, setor sul do município. Sua criação ocorreu no mesmo ato legislativo que instituiu outras três escolas municipais, em um processo de expansão simultânea da rede de ensino em diferentes regiões da cidade. O que foi possível apurar com as fontes listadas nas referências, limita-se ao fato de que era filha de Cipriano Del Fávero, importante construtor e arquiteto responsável por alguns dos monumentos mais significativos da cidade de Uberlândia. Um nome da elite local que, mais uma vez, projeta sua sombra sobre a mulher homenageada.

A mensagem que acompanhou o projeto de lei enviado à Câmara revela de forma explícita o tom que marcou esse conjunto de nomeações. O prefeito justificou as criações com uma frase de caráter genérico e cultural: "A alma de um povo é a sua cultura, seus valores, histórias e lendas." Nenhuma das quatro escolas criadas naquele ato recebeu qualquer justificativa biográfica sobre as pessoas homenageadas.

No caso específico de Olga Del Fávero, os documentos do processo legislativo não oferecem nenhuma informação sobre sua trajetória, nem quem foi, nem onde atuou, nem porque seu nome foi escolhido. O título "Professora" inscrito no nome da escola sugere vínculo com o magistério, mas essa inferência não encontra respaldo em nenhum registro oficial. A homenagem existe, contudo, a memória que deveria sustentá-la, não.

A história legislativa da Escola Municipal Hilda Leão Carneiro distingue-se das demais pelo seu percurso institucional singular. A escola já existia anteriormente à nomeação, funcionando no Bairro Santa Mônica II, na Rua do Moinho, nº 60, sob a denominação genérica de Escola Municipal do Bairro Santa Mônica II, ou seja, sem patrono. Foi somente em 1995, por iniciativa parlamentar do vereador Adair Balduino e outros, que a instituição recebeu o nome de Hilda Leão Carneiro, por meio da Lei nº 6.255, de 22 de fevereiro de 1995. Trata-se, portanto, não de uma escola criada com esse nome, mas de uma escola renomeada, o que torna a nomeação um gesto político datado e contextualizado, distinto das demais criações analisadas.

O processo legislativo que culminou nessa denominação é o único, entre os documentos consultados nesta pesquisa, a apresentar uma seção intitulada "Biografia da Homenageada". Dela constam dados como data e local de nascimento (30 de janeiro de 1901, em Rio Verde, Goiás), filiação, casamento com Arlando Carneiro em 1921 e a existência de quatro filhos. A

justificativa descreve Hilda como mulher de "espírito forte, enérgico, decidido", "inteligência ágil" e "autodidata", destacando sua paixão pela literatura brasileira com menção a autores como Machado de Assis, Rachel de Queiroz e José de Alencar e sua identificação com a política, descrita como algo que "vibrava em suas veias". Contudo, a análise cuidadosa desse documento revela que a memória ali registrada é predominantemente familiar e relacional. Hilda Leão Carneiro é apresentada sobretudo como esposa, mãe e avó, sendo explicitamente mencionado seu vínculo com o neto, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, que na época exercia mandato como deputado federal, cuja vocação política é atribuída, na justificativa, à influência da avó.

A homenagem, portanto, ancora-se menos em uma trajetória pública autônoma de Hilda do que em sua posição dentro de uma família de reconhecida projeção política e econômica na cidade. A presença do sobrenome Leão Carneiro parece ter pesado tanto quanto, ou mais do que, a trajetória individual da homenageada na decisão de nomear a escola. Nos arquivos da escola, nas memórias institucionais e nos registros administrativos consultados ao longo desta pesquisa, essa mulher permanece ausente. O documento biográfico existe no processo legislativo, mas não circulou, não foi preservado e é insuficiente para conhecer sua história e não chegou à comunidade escolar que carrega seu nome.

O caso da Escola Municipal Orlanda Neves Strack representa, no conjunto da pesquisa empírica aqui desenvolvida, um contraponto analítico de particular fertilidade. Diferentemente das demais escolas com nomes femininos analisadas, nomeadas em bloco, sem justificativa individualizada, pela Lei nº 5.453, de 30 de dezembro de 1991, a denominação desta unidade escolar foi objeto de um processo legislativo autônomo, iniciado pelo Vereador Gilberto Neves (PT) e concluído com a promulgação da Lei nº 8.452, de 22 de outubro de 2003, pelo Prefeito Zaire Rezende. A singularidade do processo, contudo, não implica necessariamente um tratamento mais equânime da memória feminina: ao contrário, sua análise revela mecanismos distintos, e igualmente reveladores, de como o reconhecimento público das mulheres é construído, mediado e, em certa medida, limitado pelas estruturas simbólicas que o organizam.

O Projeto de Lei nº 1100/2003, apresentado à Câmara Municipal de Uberlândia em 2 de setembro de 2003, propunha denominar de "Orlanda Neves Strack" a escola municipal então em construção no Bairro Minas Gerais. A justificativa apresentada pelo vereador, documento central para a análise aqui proposta (disponível no anexo B), narra a trajetória de Orlanda, nascida em 9 de abril de 1922, no município de Uberlândia, filha de Murat Neves e Maria do Nascimento Neves. A estrutura da narrativa, naquilo que revela por sua própria ordem de apresentação, é analiticamente significativa: antes de qualquer menção à vida profissional da homenageada, o documento registra seu casamento e o nascimento de seis filhos. A identidade relacional precede, na economia do texto, a identidade profissional. Orlanda é apresentada,

primeiro, como filha, esposa e mãe; depois, como professora. Quando a trajetória docente é, finalmente, narrada, é de forma fragmentada e predominantemente geográfica: a justificativa percorre os locais onde Orlanda lecionou sem que se atribuam a ela títulos, cargos de direção, publicações, projetos pedagógicos ou qualquer forma de reconhecimento institucional formal. Seus 33 anos de magistério são mencionados, mas sem que esse tempo seja traduzido em realizações objetiváveis.

O encerramento da carreira coincide, na narrativa apresentada pelo projeto de lei, com uma segunda fase de sua trajetória, marcada por atividades relacionadas à assistência e à caridade. O documento menciona visitas a pessoas enfermas, acolhimento de doentes em sua residência e oferta de aulas de reforço gratuitas para estudantes com necessidades específicas. É sobre essa dimensão da vida de Orlanda Neves Strack que a justificativa legislativa desenvolve maior atenção, concluindo que a caridade teria sido “sua qualidade mais marcante para as demais pessoas” (Uberlândia, 2003).

A forma como essa memória foi construída permite observar uma característica recorrente nos processos de reconhecimento público das mulheres. A homenagem destinada a Orlanda Neves Strack parece se fundamentar menos em sua atuação profissional como professora e mais em atributos morais associados ao cuidado, à disponibilidade para o outro e à dedicação comunitária. Sua experiência no magistério aparece como parte de sua trajetória, embora o elemento central da narrativa legislativa esteja concentrado em valores tradicionalmente associados ao feminino.

Essa configuração dialoga com a análise de Perrot (2007) sobre a construção histórica da memória das mulheres. A autora demonstra que a invisibilização feminina não ocorreu somente pela ausência de participação em determinados espaços públicos, mas também pelos modos específicos pelos quais suas trajetórias foram registradas e preservadas. Mesmo quando mulheres participaram de atividades profissionais, políticas ou intelectuais, suas biografias frequentemente foram organizadas a partir de relações familiares, virtudes pessoais e funções de cuidado.

No caso de Orlanda Neves Strack, a documentação analisada apresenta uma mulher com longa experiência docente e atuação comunitária, porém o reconhecimento institucional produzido pelo poder público enfatiza sua dimensão afetiva e assistencial. Surge então uma questão relevante para a compreensão das nomeações escolares: a inclusão de nomes femininos no espaço público educacional representa uma ampliação da memória histórica das mulheres quando essa memória permanece vinculada aos papéis tradicionalmente atribuídos ao feminino?

A análise dos cinco casos selecionados permite identificar diferentes formas pelas quais a memória feminina foi incorporada ao patrimônio simbólico das instituições educacionais municipais de Uberlândia. Em algumas situações, como ocorre com Julieta Diniz, Cecy Cardoso Porfirio e Olga Del Fávero, a homenagem aparece sem qualquer documentação biográfica que permita compreender a trajetória das mulheres nomeadas. O nome permanece institucionalizado, porém separado da história da pessoa que deveria representar.

No caso de Hilda Leão Carneiro, existe uma tentativa formal de registrar sua trajetória por meio de uma biografia anexada ao processo legislativo. A análise desse documento demonstra, entretanto, que a construção da memória ocorre mediante referências familiares e vínculos políticos que atravessam sua narrativa. A individualidade da homenageada aparece articulada à posição ocupada dentro de uma família de destaque na vida pública local, o que reduz a possibilidade de compreender sua trajetória a partir de contribuições próprias.

A situação de Orlanda Neves Strack apresenta uma documentação mais extensa sobre sua vida, embora também revele uma forma específica de enquadramento da memória feminina. A narrativa reconhece sua atuação docente, porém conduz o reconhecimento principalmente para características associadas ao cuidado e à dedicação ao próximo. Essa forma de representação sugere que a presença das mulheres no espaço público escolar pode ocorrer mediante critérios de valorização que permanecem vinculados a expectativas historicamente construídas sobre a feminilidade.

A investigação dos processos legislativos das cinco instituições analisadas evidencia que a nomeação de escolas com nomes femininos constitui um fenômeno complexo. A presença de mulheres nas fachadas escolares representa uma forma de inscrição simbólica no espaço público, porém o significado dessa inscrição depende das narrativas produzidas em torno dessas homenagens. Quando a documentação institucional não preserva trajetórias, ou quando essas trajetórias são reconstruídas prioritariamente a partir de atributos relacionais, a homenagem corre o risco de manter invisíveis justamente os elementos históricos que poderiam ampliar o conhecimento sobre a participação feminina na sociedade.

Quadro 1 – Informações das escolas analisadas

Nome da escola	Setor	Nº de Matrículas ativas	Lei que a institui	Quem sugeriu a nomeação
CEMEPE – Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz	Central	Não se aplica	Lei Complementar nº 151, de 02/09/1996	Sancionada pelo prefeito Paulo Ferolla da Silva (PTB); o texto não permite afirmar se foi autor da proposta
Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio	Oeste	1.545	Lei nº 5.484, de 26/02/1992	Prefeito Virgílio Galassi (PPB)
Escola Municipal Professora Olga Del Fávero	Sul	1.261	Lei nº 5.868, de 01/11/1993	Prefeito Paulo Ferolla da Silva
Escola Municipal Hilda Leão Carneiro	Leste	1.403	Lei nº 6.255, de 22/02/1995	Iniciativa parlamentar do vereador Adair Balduino e outros
Escola Municipal Professora Orlanda Neves Strack	Norte	699	Lei nº 8.452, de 22/10/2003	Vereador Gilberto Neves (PT), sancionada pelo prefeito Zaire Rezende

Fonte: Elaborado pela autora. Dados de matrículas: FNDE/PDDE Info (ano-base 2020). Leis de criação e denominação: Câmara Municipal de Uberlândia e legislação municipal.

Quadro 2 – Comparativo entre nomeação, tipo de processo, biografia e mecanismo de apagamento das cinco patronas

Patrona	Escola/Unidade	Instrumento legal	Iniciativa do processo	Biografia/Justificativa	Mecanismo de apagamento
Orlanda Neves Strack	E. M. Orlanda Neves Strack	Lei nº 8.452/2003	Parlamentar individual (Vereador Gilberto Neves), processo de homenagem específico (Projeto de Lei 1100/2003)	Presente. Justificativa extensa: origem familiar, casamento, trajetória de 33 anos no magistério, atuação em educação especial e assistência a doentes	Redução parcial: a biografia é relativamente autônoma quanto à atuação profissional, mas o texto ainda a apresenta inicialmente pela filiação e pelo casamento, antes de detalhar sua trajetória
Hilda Leão Carneiro	E. M. Hilda Leão Carneiro	Lei nº 6.255/1995	Parlamentar coletiva (Vereador Adair Balduino e outros), processo de homenagem específico (Projeto 628/95)	Presente. Estruturada em torno do casamento, dos filhos e, sobretudo, do neto Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro Sobrinho	Redução por relacionalidade: sua relevância política e intelectual é legitimada por vínculo familiar (avô de parlamentar), não por trajetória autônoma
Cecy Cardoso Porfírio	E. M. Cecy Cardoso Porfírio	Lei nº 5.484/1992	Executiva (Prefeito Virgílio Galassi), criação institucional de escola, sem processo de homenagem individualizado	Ausente. Mensagem do prefeito trata apenas genericamente da importância da educação	Apagamento total: nenhuma informação biográfica é produzida ou exigida
Olga Del Fávero	E. M. Olga Del Fávero (CAIC Laranjeiras)	Lei nº 5.868/1993	Executiva (Prefeito Leonídio H. C. Bouças), nomeação em lote de quatro escolas simultaneamente	Ausente. Na mesma lei, o homenageado Sebastião Rangel (homem) foi objeto de indicação individual com justificativa biográfica própria (nº 807/1993)	Apagamento total, agravado por diluição em nomeação coletiva e por assimetria de gênero comprovável dentro da própria lei
Julieta Diniz	CEMEPE — Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz	Lei Complementar nº 151/1996	Executiva (Prefeito Paulo Ferolla da Silva), lei de reestruturação administrativa que cria nove escolas e o CEMEPE simultaneamente	Ausente. Mensagem do prefeito é inteiramente técnico-administrativa, sobre cargos e tipologias escolares	Apagamento total: o nome da patrona é absorvido por lógica organizacional que não contempla individualização biográfica

Fonte: Câmara Municipal de Uberlândia. Elaborado pela autora

A problemática transposta nesta pesquisa torna-se ainda mais relevante diante das discussões contemporâneas sobre educação para a valorização da história das mulheres. A Lei nº 14.986/2024, ao estabelecer a inclusão de perspectivas femininas nos conteúdos curriculares da educação básica, pressupõe que as instituições escolares desenvolvam práticas capazes de aproximar os estudantes das experiências históricas das mulheres (Brasil, 2024). No caso das escolas investigadas, essa aproximação depende da reconstrução de memórias que permanecem fragmentadas nos documentos oficiais e, em algumas situações, ausentes dos próprios arquivos institucionais.

O levantamento realizado indica que os nomes das escolas municipais de Uberlândia funcionam como elementos de memória pública, mas essa memória não se constitui automaticamente pela simples escolha de um nome feminino. Ela depende de processos posteriores de documentação, preservação e circulação das trajetórias homenageadas. A análise dos documentos legislativos demonstra que a inscrição de uma mulher no espaço escolar pode produzir reconhecimento simbólico, embora também revele os limites históricos das formas pelas quais esse reconhecimento foi construído.

3. NOMEADAS E SILENCIADAS: MULHERES, HOMENAGENS E APAGAMENTO

A construção teórica que sustenta este capítulo parte de uma escolha metodológica vinculada ao próprio objeto desta pesquisa: as reflexões desenvolvidas serão construídas prioritariamente a partir de autoras mulheres. Essa decisão foi assumida como parte da própria elaboração da investigação, uma vez que o estudo se dedica a compreender processos históricos de invisibilização das trajetórias femininas nos espaços públicos e educacionais. A escolha dessas referências considera que a produção do conhecimento também está relacionada aos lugares sociais, históricos e culturais a partir dos quais os sujeitos investigam e interpretam a realidade. Nesse sentido, uma pesquisa voltada à compreensão das formas de apagamento das mulheres incorpora essa problemática em sua própria constituição teórica.

Essa escolha não significa um afastamento da tradição acadêmica mais ampla, especialmente porque os capítulos anteriores demonstraram que a problemática do silenciamento feminino atravessa diferentes campos de investigação, como os estudos da memória, da historiografia e da toponímia. O movimento realizado neste capítulo consiste em deslocar a perspectiva analítica para produções intelectuais elaboradas por mulheres que investigaram os mecanismos pelos quais suas próprias experiências históricas foram marginalizadas dos registros oficiais. Trata-se de examinar o silêncio produzido sobre as mulheres a partir de autoras que transformaram essa experiência em objeto de reflexão crítica.

Conforme narrado anteriormente, esta dissertação iniciou com um percurso investigativo pela compreensão de quem foram as mulheres que dão nome às escolas públicas municipais de Uberlândia. Ao longo da pesquisa, essa questão inicial conduziu a uma constatação que passou a orientar a análise: grande parte dessas mulheres permanece desconhecida no interior das próprias instituições que carregam seus nomes. Embora seus nomes estejam presentes em fachadas, documentos administrativos, projetos político-pedagógicos e regimentos escolares, suas trajetórias pessoais, contribuições sociais e experiências de vida raramente aparecem registradas.

Como demonstrado no capítulo anterior, a maior parte das escolas investigadas não apresentou justificativa biográfica consistente sobre suas homenageadas, e mesmo nos casos excepcionais em que essa justificativa existiu, ela preservou apenas o contexto familiar, comunitário ou institucional da nomeação, sem reconstruir a trajetória individual da pessoa homenageada. É esse padrão, já estabelecido empiricamente, que este capítulo busca agora interpretar teoricamente.

A partir desse dado, tornou-se possível formular uma hipótese interpretativa: o desaparecimento das trajetórias femininas após o ato de nomeação não representa apenas uma ausência documental isolada, mas está relacionado a formas historicamente construídas de produção da memória pública. Nomear uma mulher e preservar apenas seu nome, sem registrar sua trajetória, configura uma modalidade específica de reconhecimento incompleto, na qual a homenagem permanece formalmente presente enquanto a história da pessoa homenageada perde espaço no processo de rememoração coletiva.

É para investigar os mecanismos que sustentam essa dinâmica que este capítulo articula os dados empíricos da pesquisa com as contribuições teóricas de autoras dedicadas ao exame dos processos históricos, sociais e simbólicos relacionados à exclusão feminina dos registros oficiais. As análises desenvolvidas por essas pesquisadoras permitem compreender como determinados grupos sociais conquistam visibilidade histórica, enquanto outros permanecem restritos a marcas fragmentadas de presença, como nomes inscritos em monumentos, ruas e instituições.

A discussão será desenvolvida a partir de quatro movimentos articulados. Inicialmente, será investigado o silenciamento feminino como processo histórico, considerando suas relações com estruturas filosóficas, religiosas e jurídicas que contribuíram para limitar a participação das mulheres na vida pública, a partir de Hennemann e Lessa (2022) e Lerner (2019). Em seguida, a análise será direcionada ao modo como esse silenciamento atravessou a produção historiográfica, mobilizando Perrot (2007), Scott (1995), Del Priore (2004) e Pinsky (2018). O terceiro movimento deslocará a discussão para o espaço público e para os processos de

nomeação institucional, com as contribuições de Louro (1997), Davis (2016) e Gonzalez (2020). O quarto e último movimento retomará os dados empíricos desta pesquisa para analisar o apagamento como elemento interpretativo, a partir de Butler (2018) e da retomada crítica de Perrot (2007).

Os quatro movimentos propostos não têm como objetivo esgotar uma discussão ampla sobre memória, gênero e silenciamento feminino. O propósito consiste em contribuir para a compreensão de um fenômeno identificado no decorrer da investigação: a existência de mulheres homenageadas no espaço escolar cujas histórias permanecem desconhecidas. Examinar essa ausência permite investigar os critérios pelos quais determinadas trajetórias são incorporadas à memória pública e outras permanecem reduzidas à inscrição de um nome.

3.1 O silenciamento feminino como processo histórico e estrutural

A desigualdade entre homens e mulheres constitui um fenômeno histórico cujas raízes se encontram em processos sociais, culturais e institucionais desenvolvidos ao longo de diferentes civilizações. A compreensão dessa trajetória exige examinar os modos pelos quais determinadas concepções filosóficas, religiosas e jurídicas contribuíram para atribuir sentidos específicos aos papéis femininos e masculinos, transformando relações históricas de poder em aparentes expressões de uma ordem natural. Nesse percurso, Hennemann e Lessa (2022), na obra *Filósofas: o legado das mulheres na história do pensamento mundial*, identificam matrizes fundamentais para compreender a formação de estruturas de subordinação feminina no pensamento ocidental.

Uma dessas matrizes encontra-se na concepção grega de cosmos. No pensamento pitagórico, conforme analisam Hennemann e Lessa (2022), o universo era compreendido como uma totalidade organizada por uma ordem harmônica, na qual cada elemento possuía uma função própria. A manutenção dessa organização estava associada à ideia de justiça, uma vez que a alteração das posições estabelecidas poderia representar uma ruptura da própria estrutura cósmica. Essa compreensão da ordem do mundo também alcançou as relações sociais, contribuindo para a associação entre o espaço doméstico e a experiência feminina, enquanto a participação política e a administração da cidade eram vinculadas ao universo masculino.

Essa perspectiva encontrou continuidade em parte da tradição filosófica antiga, especialmente em Aristóteles. Segundo Hennemann e Lessa (2022), Aristóteles sustentava uma concepção segundo a qual a mulher ocuparia uma posição de inferioridade natural em relação ao homem, sendo compreendida como um ser destinado a ser governado. A partir desse modelo, estabeleceu-se uma compreensão hierárquica das diferenças entre os sexos, na qual o homem

aparecia como sujeito plenamente racional e autônomo, enquanto a mulher era definida a partir de uma relação de dependência.

Outra matriz identificada por Hennemann e Lessa (2022) possui caráter teológico e está relacionada às interpretações produzidas a partir da tradição judaico-cristã. Durante a Idade Média, determinadas leituras do relato do Gênesis foram mobilizadas para justificar a inferiorização feminina, especialmente por meio da narrativa de Eva como responsável pela introdução do pecado no mundo. A narrativa segundo a qual Eva teria sido criada a partir da costela de Adão também foi utilizada como fundamento simbólico para reforçar uma ordem hierárquica entre os sexos, apresentando a dependência feminina como parte da própria organização da criação (Hennemann; Lessa, 2022).

Essas construções históricas não ficaram restritas ao contexto europeu ocidental. Na China Antiga, determinadas interpretações da ordem cósmica associavam as diferenças entre masculino e feminino à necessidade de equilíbrio social; na Índia, textos jurídicos e religiosos como as Leis de Manu estabeleceram normas que restringiam a autonomia das mulheres, defendendo que a esposa virtuosa deveria manter uma relação de submissão e reverência ao marido; nas sociedades árabes e islâmicas medievais, mulheres que alcançavam reconhecimento religioso ou intelectual frequentemente tinham sua autoridade interpretada a partir de categorias masculinas, como demonstra o uso de expressões que as apresentavam como "homens de Deus" (Hennemann; Lessa, 2022). Esse recurso linguístico revela uma dificuldade histórica em reconhecer a autoridade feminina sem recorrer a referências associadas ao masculino.

Esse panorama comparado permite compreender que a exclusão das mulheres dos espaços de produção do conhecimento, da política e das instituições formais de reconhecimento social não decorreu de uma suposta incapacidade natural feminina, mas de um processo histórico sustentado por discursos e práticas que organizaram determinadas sociedades a partir de relações assimétricas de poder — mecanismos que, como se buscará demonstrar, permanecem presentes em formas contemporâneas de apagamento simbólico, inclusive nos processos de nomeação dos espaços públicos educacionais de Uberlândia.

A contribuição de Gerda Lerner (2019) aprofunda essa interpretação ao examinar o patriarcado como uma construção histórica de dominação masculina. De acordo com a autora, o patriarcado consiste em um sistema social no qual as relações de poder entre homens e mulheres são organizadas institucionalmente, alcançando estruturas como família, religião, educação e Estado. Sua permanência depende da produção de narrativas e práticas capazes de apresentar a desigualdade como parte da ordem social, tornando relações historicamente construídas aparentemente naturais.

Lerner (2019) argumenta que a reprodução do patriarcado envolve processos de socialização pelos quais homens e mulheres aprendem posições específicas dentro dessa estrutura. Em sua análise, a participação das mulheres na manutenção desse sistema não deve ser compreendida como uma adesão livre à própria subordinação, mas como resultado de condições históricas marcadas pela limitação do acesso ao conhecimento, pela restrição de alternativas sociais e pela transmissão de valores que favoreciam a continuidade da hierarquia de gênero. A autora desenvolve essa discussão em sua obra *The Creation of Patriarchy*, publicada originalmente em 1986, posteriormente traduzida para o português como *A criação do patriarcado* (Lerner, 2019).

Para Lerner (2019), o patriarcado não corresponde a uma consequência inevitável da biologia humana, mas a uma formação histórica consolidada por meio de instituições, normas jurídicas e sistemas simbólicos. A autora localiza um momento decisivo desse processo na Antiga Mesopotâmia, onde a capacidade reprodutiva das mulheres passou progressivamente a ser submetida ao controle masculino e estatal. Códigos jurídicos como o Código de Hamurabi e as Leis Médio-Assírias regulamentavam aspectos da sexualidade feminina, estabelecendo normas rigorosas relacionadas ao casamento, à fidelidade e à reprodução. Nesse contexto, o controle sobre o corpo feminino adquiriu uma dimensão política, pois estava relacionado à transmissão da propriedade e à definição da legitimidade dos herdeiros.

A transformação das sociedades agrícolas e o surgimento dos Estados antigos aprofundaram esse processo. Lerner (2019) sustenta que, em determinados grupos humanos anteriores à consolidação dessas estruturas estatais, havia formas de divisão do trabalho nas quais as atividades desempenhadas pelas mulheres possuíam reconhecimento social relevante para a sobrevivência coletiva. A expansão da propriedade privada e dos sistemas hereditários modificou essas relações, pois o controle da reprodução feminina passou a estar associado à preservação da linhagem e da acumulação patrimonial. O Estado arcaico e a família patriarcal desenvolveram relações de interdependência, nas quais a autoridade masculina no núcleo familiar encontrava respaldo institucional e jurídico.

Um dos aspectos centrais da análise de Lerner (2019) está relacionado ao papel do apagamento histórico na manutenção da desigualdade. A autora argumenta que a exclusão das mulheres dos espaços de poder foi acompanhada pela ausência de registros capazes de preservar suas contribuições históricas. A perda da memória coletiva sobre a atuação feminina produziu consequências sociais profundas, pois limitou a possibilidade de reconhecer experiências anteriores de protagonismo e dificultou a construção de novos modelos de participação. Nesse sentido, Lerner aproxima-se da reflexão de Beauvoir (1970), para quem a construção da identidade feminina foi historicamente marcada pela definição da mulher como alteridade em

relação ao sujeito masculino.

No caso das mulheres que dão nome às escolas municipais de Uberlândia, essa moldura teórica ganha concretude: elas foram preservadas enquanto nomes institucionais, porém suas trajetórias pessoais e contribuições sociais permaneceram pouco documentadas. A ausência de informações sobre essas mulheres não representa, portanto, apenas uma lacuna documental isolada, mas revela como determinados sujeitos podem permanecer inscritos na memória pública por meio de seus nomes sem que suas experiências sejam efetivamente incorporadas às narrativas coletivas.

3.2 Excluídas da escrita histórica

A contribuição de Gerda Lerner (2019) permite aprofundar a compreensão dos mecanismos pelos quais as mulheres foram afastadas dos espaços de produção do conhecimento histórico e da elaboração das narrativas sobre a experiência humana. Para examinar esse processo, a autora estabelece uma distinção fundamental entre o passado vivido e a História enquanto construção intelectual. O passado vivido corresponde ao conjunto das experiências humanas concretamente realizadas por homens e mulheres ao longo do tempo, enquanto a História representa a seleção, organização e interpretação dessas experiências por meio de registros produzidos em determinados contextos sociais. É nessa diferença que Lerner (2019) identifica um dos principais fundamentos do silenciamento feminino: as mulheres participaram dos processos históricos, porém sua presença foi frequentemente excluída dos mecanismos responsáveis por transformar experiências em memória reconhecida.

A produção do conhecimento histórico teve suas primeiras formas sistematizadas na Antiga Mesopotâmia, período em que os registros escritos estavam vinculados às atividades de escribas, sacerdotes e funcionários ligados ao palácio. Conforme analisa Lerner (2019), aqueles que possuíam autoridade para registrar e interpretar os acontecimentos pertenciam a grupos masculinos, de modo que a construção das narrativas sobre o passado ocorreu inicialmente a partir de uma perspectiva socialmente situada. A seleção dos acontecimentos considerados dignos de preservação esteve vinculada às estruturas de poder existentes, produzindo registros que refletiam as experiências e interesses daqueles que ocupavam posições de autoridade.

Lerner (2019) observa que a exclusão histórica também atingiu grupos submetidos a desigualdades econômicas e sociais, como camponeses e escravizados, cujas experiências foram frequentemente marginalizadas nos documentos oficiais. A condição feminina, porém, produziu uma forma específica de exclusão, pois nenhuma categoria masculina foi afastada da memória histórica em razão de seu sexo. As mulheres, em diferentes posições sociais,

encontraram barreiras relacionadas ao próprio pertencimento de gênero. Essa assimetria constitui o que Lerner (2019) denomina "dialética da história das mulheres":

Nomeei de 'a dialética da história das mulheres' a tensão entre a experiência histórica real das mulheres e sua exclusão da interpretação dessa experiência", evidenciando os mecanismos de silenciamento na historiografia. (Lerner, 2019, p. 25).

A autora demonstra que o apagamento da memória feminina não pode ser compreendido como uma consequência secundária do patriarcado, pois integra os próprios mecanismos pelos quais esse sistema histórico preserva sua continuidade. Para Gerda Lerner (2019), a dominação masculina dependeu também da limitação das possibilidades pelas quais as mulheres poderiam conhecer, interpretar e transmitir suas próprias experiências históricas. A ausência de referências sobre trajetórias femininas de autonomia, resistência e produção intelectual contribuiu para restringir a capacidade das mulheres de reconhecerem precedentes de atuação e de imaginarem outras formas de organização social. Como afirma Lerner (2019, p. 303), "onde não existe precedente, não se pode imaginar alternativas às condições existentes", formulação que evidencia como a ausência de memória histórica atua na preservação das estruturas de poder.

Lerner (2019) também examina as condições materiais que dificultaram a produção intelectual feminina ao longo dos séculos. A autora demonstra que o tempo dedicado ao estudo e à elaboração do conhecimento foi historicamente organizado de maneira desigual: enquanto homens pertencentes às elites intelectuais encontravam condições sociais para desenvolver suas pesquisas, muitas mulheres tiveram suas experiências fragmentadas pelas responsabilidades atribuídas ao trabalho doméstico e ao cuidado familiar. Quando os saberes produzidos pelas mulheres não eram simplesmente ignorados, frequentemente eram classificados por categorias que reduziam seu valor intelectual: a experiência cotidiana feminina era interpretada como intuição, as formas coletivas de circulação de conhecimento eram desqualificadas como fofoca e os saberes relacionados ao corpo e ao cuidado eram afastados do campo da produção legítima de conhecimento.

Essa desvalorização também atingiu as mulheres que conseguiram ingressar nos espaços acadêmicos. De acordo com Lerner (2019), muitas delas foram inseridas em ambientes estruturados por pressupostos androcêntricos, isto é, por perspectivas que tomavam a experiência masculina como referência geral da humanidade — dificuldade que a autora denomina falácia androcêntrica, processo pelo qual a experiência masculina foi apresentada como representação universal da experiência humana. Na filosofia aristotélica, conforme já analisado, a mulher foi definida como um ser incompleto em relação ao homem; em determinadas interpretações da tradição judaico-cristã, a figura de Eva foi associada à queda da

humanidade e à necessidade de controle da sexualidade feminina. Essas formulações contribuíram para transformar relações históricas de poder em aparentes expressões de uma ordem natural.

Para esta pesquisa, o argumento de Lerner ilumina diretamente as mulheres homenageadas nas escolas municipais de Uberlândia: a ausência de informações sobre suas vidas revela uma privação semelhante àquela identificada pela autora — a impossibilidade de serem reconhecidas como sujeitos históricos completos pelas comunidades que convivem diariamente com seus nomes.

As reflexões de Lerner sobre a formação histórica do patriarcado preparam a análise filosófica desenvolvida por Simone de Beauvoir (1970) acerca dos mecanismos pelos quais essa estrutura continua operando na experiência feminina. A relação entre as duas autoras permite compreender diferentes dimensões do problema investigado: Lerner examina a constituição histórica das estruturas patriarcais, enquanto Beauvoir analisa os processos pelos quais essas estruturas participam da formação da subjetividade feminina.

A obra *O segundo sexo*, publicada originalmente em 1949 e traduzida para o português em 1970, representou um marco para o pensamento feminista moderno ao deslocar a compreensão da condição feminina do campo da natureza para o campo da construção social. Beauvoir (1970) desenvolve a tese segundo a qual a mulher não nasce definida por uma essência feminina fixa, mas torna-se mulher por meio de processos históricos, culturais e sociais que atribuem determinados significados à feminilidade.

Para Beauvoir (1970), uma das estruturas centrais da dominação masculina está relacionada à oposição entre o "Um" e o "Outro". O "Um" representa aquele que ocupa a posição de sujeito universal, capaz de definir a si mesmo e organizar a compreensão do mundo a partir de sua própria perspectiva. O "Outro" aparece como aquele cuja existência é compreendida em relação ao sujeito dominante. Nas sociedades patriarcais, a mulher foi historicamente constituída como esse "Outro", definida a partir da referência masculina e não como sujeito autônomo de sua própria experiência.

A filósofa observa que essa condição apresenta uma particularidade histórica, pois as mulheres encontraram dificuldades para constituir uma identidade coletiva de resistência semelhante à de outros grupos subordinados. Sua existência esteve frequentemente atravessada por relações familiares, afetivas e econômicas com os homens, o que dificultou a formação de uma consciência coletiva capaz de transformar experiências individuais em uma reivindicação compartilhada.

Beauvoir (1970) também investiga os processos pelos quais as próprias mulheres podem participar da reprodução das normas que as subordinam, argumentando que essa participação deve ser compreendida a partir das condições sociais concretas em que as mulheres foram inseridas. Romper com a proteção masculina significava, em muitos contextos históricos, enfrentar riscos materiais e sociais relevantes; ao longo da vida, muitas mulheres internalizaram valores associados à maternidade idealizada, ao papel da esposa dedicada e à naturalização das atividades de cuidado.

A análise de Beauvoir alcança ainda a forma pela qual a própria História foi construída. Segundo a autora, os registros históricos foram produzidos majoritariamente a partir de experiências masculinas, enquanto atividades femininas ligadas ao cotidiano doméstico e à reprodução social permaneceram afastadas dos critérios tradicionais de reconhecimento histórico. Quando as mulheres apareceram nas narrativas, frequentemente foram representadas por figuras simbólicas reduzidas, como a mãe sacrificada, a santa ou a sedutora — imagens que substituíram a complexidade das trajetórias individuais por modelos fixos que atendiam às expectativas da ordem patriarcal (Beauvoir, 1970).

É a partir dessa chave que se pode reler os dados desta pesquisa: as mulheres que nomeiam escolas municipais de Uberlândia foram reconhecidas em espaços públicos, mas suas trajetórias foram frequentemente preservadas de maneira fragmentada, e, em muitos casos analisados, a homenagem institucional parece ter ocorrido a partir das relações sociais que essas mulheres mantinham com figuras masculinas ou com grupos familiares de prestígio. A presença do nome na fachada escolar não eliminou a condição de alteridade descrita por Beauvoir (1970), pois o reconhecimento público permaneceu desvinculado da construção de uma memória biográfica própria.

Michelle Perrot (2006; 2007) aprofunda essa problemática ao investigar os mecanismos responsáveis pelo silêncio das mulheres na escrita da história. Para a autora, esse silêncio não corresponde à inexistência da participação feminina na vida social, mas resulta de processos históricos que definiram quais experiências seriam registradas, preservadas e interpretadas como parte da memória coletiva.

A historiografia tradicional foi construída durante longo período em torno de acontecimentos vinculados ao espaço público, como decisões políticas, conflitos militares e trajetórias de figuras consideradas relevantes. Como muitas experiências femininas estavam associadas ao espaço doméstico e às relações cotidianas, elas foram afastadas dos critérios tradicionais de historicidade. Quando presentes nos registros, as mulheres apareciam frequentemente por meio de representações extremas, como a santa, a pecadora, a rainha virtuosa ou a mulher transgressora, permanecendo a experiência cotidiana das mulheres comuns

pouco explorada pela historiografia tradicional (Perrot, 2007).

A escassez de fontes sobre a experiência feminina também deve ser compreendida a partir das próprias condições históricas de produção e preservação dos documentos. Perrot (2007) observa que muitas mulheres não tiveram acesso aos instrumentos necessários para registrar suas experiências, como escrita, publicação e participação institucional.

Conforme descreve a autora:

Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (Perrot, 2007, p. 17).

O silenciamento feminino também foi sustentado por mecanismos formais que, à primeira vista, poderiam parecer neutros: a utilização do masculino plural como forma universal de representação ocultava a presença feminina; as estatísticas relacionadas ao trabalho e à produção econômica frequentemente não estabeleciam distinções entre homens e mulheres; e o casamento eliminava juridicamente o sobrenome de nascimento feminino em muitos contextos, dificultando reconstituir trajetórias familiares ao longo das gerações. Com a profissionalização da história durante o século XIX, esse problema adquiriu novas configurações: a metodologia positivista consolidou como fontes privilegiadas os documentos oficiais produzidos pelo Estado, ambientes nos quais a participação masculina era predominante, contribuindo para o que Perrot (2007) descreve como um verdadeiro recalcamento da temática feminina.

A ruptura com esse modelo começou a ganhar força nas décadas de 1960 e 1970, período marcado pela ampliação da presença feminina nas universidades, pela renovação das ciências humanas e pelo fortalecimento dos movimentos feministas, o que favoreceu um trabalho de memória voltado à recuperação de trajetórias femininas esquecidas (Perrot, 2006; 2007). É esse quadro teórico que permite afirmar que as patronas das escolas analisadas nesta pesquisa não foram esquecidas por uma simples ausência de interesse individual, mas porque os próprios mecanismos responsáveis pela produção da memória pública continuaram operando segundo critérios que limitaram o reconhecimento das experiências femininas.

No contexto brasileiro, Del Priore e Pinsky (2012) aprofundam essa problemática ao demonstrarem que o apagamento feminino na historiografia nacional apresenta características próprias. Um exemplo significativo encontra-se na produção das chamadas "mulheres ilustres" durante a segunda metade do século XIX: os compêndios biográficos dedicados a mulheres consideradas exemplares participaram da construção de uma identidade nacional baseada em

figuras femininas idealizadas, frequentemente associadas à virtude, ao sacrifício e à dedicação à pátria, reduzindo trajetórias marcadas por conflitos e reivindicações políticas a representações mais compatíveis com a ordem estabelecida (Del Priore; Pinsky, 2012). O paralelo com as nomeações municipais de Uberlândia é direto: os documentos oficiais frequentemente conservaram uma imagem pública das homenageadas, mas não registraram suas experiências individuais ou os percursos que constituíram suas trajetórias, preservando o nome sem preservar a reconstrução histórica que ele deveria representar.

Outra dimensão analisada por Del Priore e Pinsky (2012) refere-se à invisibilidade histórica das mulheres negras. Após a abolição da escravidão, essas mulheres permaneceram submetidas a processos de exclusão que limitaram sua representação na memória social brasileira, com sua presença reduzida a estereótipos presentes na literatura e nos meios de comunicação, enquanto suas práticas de organização familiar, trabalho comunitário e atuação econômica receberam pouco reconhecimento na historiografia tradicional. As autoras também observam que, até aproximadamente a década de 1980, os estudos históricos dedicados às mulheres no Brasil permaneciam restritos, e a ideia de que as mulheres não possuíam uma história pública significativa contribuiu para a manutenção de lacunas acadêmicas durante décadas (Del Priore; Pinsky, 2012).

Mary Del Priore (2004; 2013) amplia essa discussão ao examinar os obstáculos metodológicos presentes na reconstrução das trajetórias femininas, especialmente quando se trata de mulheres pertencentes às camadas populares e às populações escravizadas. A ausência de registros escritos produzidos por essas mulheres não pode ser interpretada como ausência de experiências históricas relevantes: muitas delas eram impedidas de acessar a alfabetização formal e não possuíam bens ou posições sociais que produzissem documentos preservados pelos arquivos institucionais, de modo que suas trajetórias frequentemente aparecem de maneira fragmentada em fontes elaboradas por instituições e sujeitos externos às suas próprias experiências.

O trabalho do historiador, nesse contexto, exige uma leitura crítica da documentação disponível, reconhecendo que os registros oficiais carregam marcas das relações sociais nas quais foram produzidos. Del Priore (2004) argumenta que o pesquisador precisa examinar essas fontes reconhecendo suas lacunas e seus limites interpretativos, pois os silêncios documentais também fazem parte da construção histórica do conhecimento; como afirma a autora, é preciso "desconfiar de suas lacunas e duvidar de suas verdades" (Del Priore, 2004, p. 120). É precisamente essa postura metodológica que orienta a leitura, nesta dissertação, da documentação legislativa das cinco escolas investigadas: a dificuldade encontrada para reconstruir as trajetórias das homenageadas não decorre simplesmente da inexistência de

informações, mas da forma como determinados registros foram produzidos e preservados, restringidos, em grande parte dos casos, a elementos administrativos relacionados à escolha dos nomes.

A escrita aparece, nesse cenário, como um espaço de disputa pela memória. Del Priore (2013) recupera trajetórias de mulheres que utilizaram a produção intelectual como instrumento de intervenção social e de contestação das limitações impostas ao seu tempo histórico. A trajetória de Nísia Floresta, que em 1832 publicou uma adaptação das ideias de Mary Wollstonecraft para o contexto brasileiro, demonstra como mulheres intelectuais buscaram inserir novas questões no debate público. Da mesma forma, Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula* (1859), considerado o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil, construiu uma narrativa literária que questionava estruturas sociais marcadas pela escravidão e pela desigualdade. Essas experiências ajudam a compreender que a exclusão feminina dos registros históricos não decorreu de uma ausência de produção ou participação das mulheres, mas de processos sociais que limitaram a circulação e o reconhecimento dessas produções.

A contribuição de Joan Scott (1995) permite aprofundar essa análise ao deslocar o problema do silenciamento feminino para os próprios critérios utilizados na construção do conhecimento histórico. De acordo com Scott (1995), gênero constitui uma categoria analítica fundamental porque permite compreender como as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos participam da organização das estruturas de poder — não apenas uma característica atribuída aos indivíduos, mas um elemento que estrutura instituições, discursos e formas de interpretação da realidade social.

Essa perspectiva contribui para compreender por que a simples inclusão de mulheres nos registros históricos não resolve integralmente o problema do apagamento. Segundo Scott (1995), parte da historiografia tradicional reagiu à emergência da história das mulheres isolando esse campo como um domínio específico relacionado à família e à vida privada, como se essas experiências não possuíssem implicações para a compreensão das estruturas econômicas, políticas e culturais; outra reação consistiu em reconhecer a presença feminina em acontecimentos históricos sem considerar que essa presença modificava a própria interpretação dos processos analisados. Essa dinâmica explica uma característica presente nos documentos escolares investigados: as patronas das instituições municipais aparecem como nomes oficialmente reconhecidos, porém suas trajetórias permanecem afastadas da narrativa institucional — o registro administrativo confirma sua existência, mas não necessariamente produz reconhecimento histórico.

Scott (1995) também analisa o que denomina "ilusão das esferas separadas", conceito segundo o qual a historiografia tradicional frequentemente tratou as experiências femininas

como pertencentes a um universo isolado, desvinculado dos processos históricos mais amplos. Para a autora, o gênero deve ser compreendido como uma categoria relacional, pois as experiências femininas e masculinas são constituídas dentro de relações históricas compartilhadas. Essa observação repercute nas nomeações municipais investigadas: muitas das mulheres homenageadas foram lembradas a partir de vínculos familiares, comunitários ou afetivos, sem que esses elementos fossem articulados a uma compreensão mais ampla de suas contribuições sociais.

Por fim, Scott (1995) argumenta que demonstrar a presença das mulheres no passado constitui apenas uma etapa inicial da revisão historiográfica; a questão envolve também revisar os critérios que definem quais experiências possuem relevância histórica. Esse argumento permite interpretar, uma vez mais, os limites encontrados na análise das escolas municipais de Uberlândia: os documentos consultados registram atos administrativos, datas e procedimentos legais relacionados às nomeações, mas apresentam poucas informações sobre as experiências concretas das mulheres homenageadas.

3.3 O espaço escolar como lugar de disputa simbólica

Até o momento, buscamos demonstrar como o silenciamento feminino foi constituído historicamente e como seus mecanismos permaneceram presentes na própria produção da memória social. Nesta seção, o olhar se desloca para um espaço específico no qual esse fenômeno adquire uma expressão institucional: a escola pública. A instituição escolar participa da construção da memória coletiva porque suas práticas, seus símbolos e seus espaços físicos comunicam valores sobre aquilo que uma comunidade considera digno de preservação.

A atribuição de um nome a uma escola ultrapassa o âmbito administrativo. Trata-se de uma escolha simbólica que inscreve determinada trajetória na paisagem pública e estabelece uma relação entre a instituição educacional e a memória que ela pretende transmitir às novas gerações. Investigar essas nomeações permite compreender como as relações de gênero atravessam o espaço educacional, definindo quais sujeitos aparecem como referências coletivas e quais trajetórias permanecem marginalizadas ou reduzidas a registros incompletos.

A feminização do magistério, processo consolidado entre o final do século XIX e o início do século XX, constituiu uma das principais formas de inserção das mulheres brasileiras no trabalho formal fora do espaço doméstico. No contexto da Primeira República, marcado pela tentativa de construir uma identidade nacional moderna e ampliar a escolarização de uma população formada por antigos escravizados e grupos imigrantes, a expansão da rede pública de ensino tornou-se uma preocupação política central. Foi nesse cenário que a docência passou

a representar uma possibilidade concreta de participação feminina no mundo profissional.

De acordo com Del Priore (2004), essa inserção não ocorreu por meio de uma ruptura imediata com os valores patriarcais vigentes. O magistério tornou-se socialmente aceitável porque foi associado às funções tradicionalmente atribuídas às mulheres: a professora passou a ser representada como uma figura maternal responsável pela formação moral das crianças, fazendo com que o trabalho docente fosse interpretado como prolongamento das tarefas de cuidado realizadas no ambiente doméstico. Com a urbanização brasileira, outras áreas profissionais passaram a oferecer oportunidades econômicas mais atrativas aos homens, o que contribuiu para sua saída gradual das salas de aula, e o Estado passou então a recrutar mulheres em grande escala para ocupar esse espaço. As Escolas Normais tornaram-se centros fundamentais de formação intelectual feminina, embora essa formação permanecesse condicionada por restrições salariais e institucionais — em diversos estados brasileiros, normas impediam a continuidade da atividade profissional após o casamento ou a gravidez (Del Priore, 2004, p. 391).

A análise de Louro (1997) permite compreender uma tensão presente nesse processo histórico. A escola tornou-se um espaço associado ao feminino pela presença predominante de mulheres no ensino inicial, porém os conhecimentos legitimados pelo currículo escolar foram organizados dentro de tradições intelectuais historicamente construídas sob predominância masculina. A professora ocupava um lugar central na transmissão do conhecimento, mas permanecia afastada dos processos que definiam quais conhecimentos deveriam ser valorizados e registrados.

Essa dinâmica encontra correspondência direta nos dados desta pesquisa: como demonstrado no Gráfico 1, a presença feminina nas nomeações diminui à medida que se avança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, sugerindo uma relação entre a valorização simbólica das mulheres e os sentidos historicamente atribuídos aos diferentes níveis de ensino — a proximidade entre Educação Infantil e práticas associadas ao cuidado parece favorecer maior presença feminina nas homenagens institucionais, enquanto os espaços vinculados ao conhecimento formal e ao prestígio acadêmico apresentam maior concentração de referências masculinas.

Essa relação não pode ser compreendida apenas como uma escolha isolada de nomes; ela parece reproduzir, no campo da memória institucional, uma hierarquia histórica que associou mulheres ao cuidado e homens à produção do conhecimento reconhecido socialmente. Louro (1997) contribui para aprofundar essa interpretação ao analisar a memória institucional como um campo atravessado por relações de poder: as representações sociais não funcionam como simples reflexos da realidade, pois participam da constituição dos próprios sujeitos que

pretendem representar. Quando determinados grupos possuem suas experiências silenciadas ou interpretadas a partir de categorias produzidas por grupos dominantes, ocorre uma limitação da possibilidade de reconhecimento dessas trajetórias — e, no caso escolar, uma homenagem que não recupera a complexidade histórica da homenageada corre o risco de restringir sua presença ao símbolo, sem alcançar o reconhecimento como sujeito histórico.

A análise de Davis (2016) e Gonzalez (2020) amplia essa problemática ao demonstrar que o apagamento das mulheres assume configurações específicas quando atravessado pelas relações raciais e econômicas: a experiência feminina não se organiza de maneira homogênea, pois diferentes posições sociais produzem formas distintas de invisibilização e reconhecimento.

Segundo Davis (2016), a história das mulheres negras foi marcada por processos que restringiram sua agência política e social; mesmo quando aparecem em narrativas históricas, suas ações frequentemente são interpretadas a partir de relações de dependência ou subordinadas à atuação masculina. Essa problemática ilumina o caso de Hilda Leão Carneiro, cuja memória institucional registrada na escola que recebe seu nome enfatiza sua relação familiar com um deputado federal, apresentando-a prioritariamente a partir de uma ligação com uma trajetória masculina de prestígio.

Gonzalez (2020) examina uma dimensão complementar ao investigar como o racismo opera também pela ausência de reconhecimento das experiências específicas das mulheres negras, criticando abordagens feministas que formularam uma categoria universal de mulher tomando como referência principalmente experiências de mulheres brancas de classe média — dificuldade que impediu a compreensão das formas particulares de exploração vividas pelas mulheres negras no contexto brasileiro. O conceito de racismo por omissão, elaborado pela autora, permite analisar como determinados silenciamentos permanecem presentes na memória pública: a ausência de mulheres negras em espaços de homenagem institucional revela processos históricos de seleção daquilo que merece ser inscrito como patrimônio coletivo, problema que também aparece no caso da Escola Orlanda Neves Strack, cuja nomeação, embora proposta por um representante político associado a um partido considerado progressista, reproduziu justificativas marcadas por uma compreensão tradicional da posição feminina.

A dimensão racial das nomeações investigadas reforça essa discussão. Entre as cinco patronas analisadas nesta pesquisa, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente uma era parda, enquanto as demais eram brancas. Esse dado, considerando o recorte específico do estudo, sugere que os processos de reconhecimento institucional também podem reproduzir desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira — questão que ganha peso adicional ao se considerar que a escola pública brasileira atende uma população formada majoritariamente por crianças negras e pardas (IBGE, 2019), o que permite

perguntar quais trajetórias negras foram excluídas dos processos de homenagem e quais critérios definem a escolha das figuras consideradas representativas da comunidade escolar.

A aproximação entre Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (2020), reconhecida pela própria Davis durante sua passagem pelo Brasil em 2018, quando destacou a importância do pensamento de Gonzalez para compreender as relações entre raça, gênero e classe no país, encontra seu ponto mais significativo na crítica à construção de uma categoria universal de mulher. Para Gonzalez (2020), parte do pensamento feminista tradicional formulou suas reivindicações a partir das experiências de mulheres brancas pertencentes às classes médias, tratando essas experiências como se expressassem uma condição feminina geral, o que dificultava perceber que mulheres negras e indígenas estavam submetidas a processos históricos específicos, marcados pela exploração econômica, pela racialização dos corpos e pela exclusão de direitos fundamentais. Davis (2016) desenvolve uma crítica semelhante ao analisar a experiência das mulheres negras durante a escravidão e no período posterior, demonstrando que determinadas reivindicações do feminismo branco, como a valorização da inserção feminina no mercado de trabalho, precisam ser reconsideradas quando confrontadas com a história das mulheres negras escravizadas, cuja exploração laboral ocorreu sob condições de desumanização.

O apagamento das patronas das escolas municipais de Uberlândia, à luz dessas duas autoras, envolve relações de gênero, mas sua compreensão exige considerar também os critérios sociais e raciais que orientam a produção da memória institucional: a escolha de quais mulheres serão lembradas em espaços públicos favorece determinados grupos sociais e restringe a visibilidade de outros.

A análise de gênero, raça e classe conduz ainda à discussão sobre os mecanismos econômicos que estruturam a desigualdade feminina. Nesse ponto, a contribuição de Silvia Federici (2017) permite aprofundar a compreensão histórica da relação entre trabalho, corpo feminino e reprodução social. Segundo a autora, a consolidação do capitalismo moderno esteve vinculada a uma reorganização das relações sociais que deslocou determinadas atividades realizadas pelas mulheres para uma esfera considerada privada e sem valor econômico reconhecido.

Federici (2017) sustenta que a caça às bruxas ocorrida na Europa entre os séculos XVI e XVII não pode ser compreendida apenas como um episódio religioso ou moral, pois esteve relacionada às transformações econômicas que acompanharam a formação do capitalismo. A perseguição às mulheres acusadas de bruxaria atingiu práticas de autonomia, conhecimentos comunitários e formas de organização que escapavam ao controle das novas estruturas econômicas e políticas, processo que a autora interpreta como parte da construção histórica de

uma ordem social na qual o controle sobre o corpo feminino tornou-se fundamental para garantir a reprodução da força de trabalho.

Essa análise amplia a compreensão do silenciamento feminino investigado nesta pesquisa em um sentido específico: a exclusão das mulheres dos registros históricos não ocorreu apenas porque determinadas trajetórias deixaram poucos documentos disponíveis, mas porque certas formas de atividade feminina foram historicamente classificadas como pertencentes ao domínio privado, afastadas dos critérios que definiam aquilo que merecia reconhecimento público. A escola constitui um espaço privilegiado para observar essa dinâmica: a presença majoritária de mulheres na docência, especialmente nos anos iniciais da educação básica, esteve associada a uma concepção de trabalho feminino vinculado ao cuidado, associação que contribuiu para a valorização moral da professora, mas também limitou o reconhecimento de sua atuação como produção intelectual e participação política. Muitas mulheres homenageadas por instituições educacionais possuem trajetórias vinculadas ao ensino, à assistência comunitária ou ao trabalho social — experiências fundamentais para a construção das comunidades nas quais atuaram, mas que frequentemente aparecem nos registros institucionais de maneira reduzida.

Essa discussão encontra continuidade na análise de Pierre Bourdieu (2002) sobre a dominação simbólica. De acordo com o conceito de violência simbólica desenvolvido pelo autor, determinadas formas de desigualdade permanecem estáveis porque são incorporadas pelos indivíduos como se correspondessem à ordem natural das coisas, funcionando por meio de categorias de percepção construídas socialmente, fazendo com que hierarquias históricas adquiram aparência de normalidade. Aplicada ao problema desta pesquisa, essa teoria permite investigar como a escolha de nomes para instituições públicas pode reproduzir padrões de reconhecimento já estabelecidos, sem que a comunidade escolar perceba que os critérios utilizados para definir quem merece ser lembrado foram historicamente formados dentro de relações sociais desiguais.

O conceito de capital simbólico, também desenvolvido por Bourdieu (2002), contribui para compreender a distribuição desigual de prestígio entre trajetórias femininas e masculinas: quando certas experiências femininas permanecem ausentes dos espaços de memória institucional, ocorre uma distribuição desigual desse capital. Nesse sentido, as fachadas das escolas municipais de Uberlândia podem ser analisadas como espaços nos quais diferentes formas de reconhecimento social são materializadas, expressando escolhas coletivas sobre quais trajetórias serão transmitidas como referências para estudantes, famílias e comunidades.

3.4 Entre o nome e o vazio: o apagamento como dado

A insuficiência de dados não constitui, para a pesquisa científica, uma barreira definitiva. Na tradição metodológica das ciências humanas, a escassez documental assume uma dupla função no percurso investigativo: impulsiona a construção de perguntas diante de lacunas ainda não explicadas pelo conhecimento existente e delimita os próprios caminhos possíveis da pesquisa, exigindo uma revisão das estratégias inicialmente planejadas quando determinadas fontes se mostram inacessíveis. Esta investigação foi atravessada por esses dois movimentos.

A contribuição de Judith Butler (2018) permite aprofundar teoricamente essa tensão identificada no material empírico: a existência de um nome institucionalizado acompanhado pela ausência de uma narrativa histórica correspondente. Em *Problemas de gênero*, Butler investiga como as categorias utilizadas para representar sujeitos sociais não funcionam como descrições neutras da realidade, pois participam da própria constituição desses sujeitos. O ato de nomear envolve processos de seleção e enquadramento que tornam determinados aspectos visíveis ao mesmo tempo que restringem outras possibilidades de reconhecimento (Butler, 2018).

Essa discussão conduz ao problema da categoria "mulheres" enquanto sujeito político. A partir do diálogo com Denise Riley, Butler (2018) argumenta que a categoria mulher não consegue abarcar integralmente as experiências concretas daqueles que são incluídos sob esse termo. Ao estabelecer uma identidade coletiva, a categoria produz uma forma de reconhecimento político, mas também pode ocultar diferenças produzidas por condições históricas específicas relacionadas à raça, à classe, à etnia e à sexualidade. A representação, nesse sentido, envolve uma operação de delimitação que define quais experiências serão incorporadas ao campo da visibilidade pública — o que permite compreender uma característica presente nas nomeações escolares analisadas: o reconhecimento institucional por meio de um nome pode produzir uma aparência de inclusão da trajetória feminina na memória pública, embora essa inclusão permaneça limitada quando não acompanhada pela preservação da história concreta da pessoa homenageada.

Butler (2018) amplia essa análise ao examinar o lugar atribuído às mulheres nas estruturas de parentesco discutidas pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. De acordo com essa perspectiva, os sistemas de parentesco organizam alianças sociais por meio da circulação das mulheres entre grupos familiares masculinos; a mulher aparece como elemento fundamental para a constituição dessas relações, mas sua posição dentro da estrutura permanece definida a partir de uma lógica que não reconhece plenamente sua autonomia como sujeito:

Os membros do clã, invariavelmente masculino, evocam a prerrogativa da identidade por via do casamento, um ato repetido de diferenciação simbólica. A exogamia distingue e vincula patronimicamente tipos específicos de homens. A patrilinearidade é garantida pela expulsão ritualística das mulheres e, reciprocamente, pela importação ritualística de mulheres. Como esposas, as mulheres não só asseguram a reprodução do nome (objetivo funcional), mas viabilizam o intercuro simbólico entre clãs de homens. Como lugar da permuta patronímica, as mulheres são e não são o signo patronímico, pois são excluídas do significante, do próprio sobrenome que portam. No matrimônio, a mulher não se qualifica como uma identidade, mas somente como um termo relacional que distingue e vincula os vários clãs a uma identidade patrilinear comum, mas internamente diferenciada. (Butler, 2018, p. 67).

Essa observação oferece a chave interpretativa mais precisa para dois dos casos identificados nesta pesquisa. O nome de Hilda Leão Carneiro está inscrito na fachada da escola, porém a referência que organiza sua identificação pública permanece vinculada ao sobrenome de uma família masculina, associada ao casamento e posteriormente à projeção política do neto: ela aparece no espaço institucional como portadora de um nome reconhecido socialmente, mas esse reconhecimento está articulado a uma linhagem que a antecede e que confere sentido público à sua existência — a homenagem preserva o signo familiar, mas deixa pouco espaço para reconstruir a trajetória individual da mulher que o carrega.

Processo semelhante pode ser observado no caso de Olga Del Fávero, cuja nomeação está vinculada a uma família tradicional de Uberlândia e à figura de seu pai, importante construtor da cidade. A presença de seu nome na fachada escolar parece estar associada ao capital simbólico acumulado pela família, já que os documentos disponíveis oferecem poucas informações sobre uma atuação própria que justifique a homenagem: a mulher aparece como representante de uma memória familiar previamente estabelecida, e seu nome permanece inscrito no espaço público, mas sua inteligibilidade depende de referências masculinas que organizam a narrativa de pertencimento e prestígio.

Avançando na análise do feminino como elemento problemático dentro da linguagem falocêntrica, Butler (2018) recupera a reflexão de Luce Irigaray sobre os limites dos sistemas simbólicos construídos a partir de uma perspectiva masculina. De acordo com Irigaray, conforme reconstruído por Butler (2018), a linguagem ocidental tende a produzir o feminino como ausência ou como aquilo que aparece apenas em relação ao masculino, dificultando a constituição de uma representação que expresse a especificidade das experiências das mulheres. Nesse quadro, o nome pode funcionar como uma forma de visibilidade que simultaneamente encobre aquilo que pretende representar, pois incorpora a mulher em categorias previamente estruturadas.

Para desenvolver essa questão, Butler (2018) recorre ao caso de Herculine Barbin, pessoa intersexo do século XIX cuja autobiografia revelou o conflito entre uma experiência subjetiva marcada por ambiguidades e uma ordem jurídica que exigia uma identificação sexual

fixa. A imposição de uma categoria legal sobre sua existência desconsiderou a complexidade de sua experiência vivida e reorganizou sua identidade segundo normas externas. O caso permite investigar como os sistemas de nomeação possuem efeitos constitutivos, pois classificar uma vida dentro de uma categoria determinada produz uma realidade social específica ao mesmo tempo em que pode apagar elementos que escapam dessa classificação.

A aproximação com o problema desta pesquisa exige cautela, pois os contextos históricos e sociais são distintos. Ainda assim, a análise de Butler oferece uma chave interpretativa relevante para compreender as nomeações escolares investigadas: o ato de atribuir o nome de uma mulher a uma instituição pública produz uma forma de reconhecimento institucional, porém esse reconhecimento pode permanecer limitado quando não acompanha a preservação de sua trajetória histórica. Quando o nome permanece sem a narrativa que lhe confere densidade biográfica, a homenagem corre o risco de transformar a mulher em uma referência simbólica desprovida de memória própria.

4. MEMÓRIA, TOPONÍMIA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO

Se o capítulo anterior evidenciou como o ato de nomear pode conviver com o apagamento das trajetórias femininas, este capítulo se volta para as ferramentas conceituais que permitem compreender esse fenômeno em sua dimensão espacial e simbólica. A memória, entendida não como um fenômeno individual, mas como construção social atravessada por relações de poder, oferece a chave analítica para entender por que certos nomes permanecem inscritos nas fachadas escolares sem que a história que os justifica seja preservada ou transmitida.

É nesse cruzamento entre memória coletiva e espaço urbano que se situa a toponímia, campo que investiga os nomes de lugares como registros vivos da identidade e da memória de uma sociedade. Este capítulo articula, portanto, três movimentos complementares: primeiro, situa a memória como categoria teórica de análise; em seguida, discute a relação entre toponímia e gênero como chave de leitura para as nomeações estudadas; por fim, apresenta o panorama da toponímia das escolas municipais de Uberlândia, base empírica sobre a qual esta pesquisa se debruça.

4.1 Memória como categoria: construção social e histórica

O conceito de memória ultrapassa a compreensão restrita de uma capacidade psíquica individual, pois sua constituição envolve processos sociais, históricos e culturais que orientam

aquilo que uma coletividade reconhece como digno de preservação. O historiador francês Jacques Le Goff (1990) reconstrói essa trajetória ao examinar a passagem da memória como fenômeno inscrito nas capacidades humanas de conservação e transmissão de informações até suas formas institucionalizadas de registro, arquivamento e representação. Para o autor, a memória coletiva não corresponde a uma simples acumulação de acontecimentos preservados ao longo do tempo, mas constitui uma prática social atravessada por disputas de significado, relações de poder e mecanismos de seleção. A memória está vinculada aos modos pelos quais sociedades interpretam seu passado e organizam narrativas capazes de conferir continuidade às identidades coletivas.

Essa perspectiva permite compreender por que determinados acontecimentos, personagens e experiências permanecem inscritos na memória pública, enquanto outros são progressivamente afastados dos espaços de reconhecimento social. Segundo Le Goff (1990), os instrumentos de preservação da memória, como documentos, monumentos e instituições, não funcionam como meios neutros de armazenamento do passado. Eles resultam de escolhas historicamente situadas, realizadas por grupos que possuem condições de definir aquilo que será transmitido às gerações posteriores. A memória, nesse sentido, participa da construção da própria realidade histórica, pois contribui para estabelecer quais sujeitos aparecem como protagonistas e quais trajetórias permanecem marginalizadas.

Nessa perspectiva, Maurice Halbwachs (2006) amplia essa discussão ao questionar interpretações que localizam a memória exclusivamente na interioridade psicológica dos indivíduos. De acordo com o autor, recordar não consiste em recuperar informações armazenadas de maneira fixa na consciência, como se a lembrança permanecesse isolada das relações sociais. A reconstrução do passado ocorre a partir dos referenciais coletivos que orientam os sujeitos na atribuição de significado às experiências vividas. É nesse contexto que Halbwachs desenvolve o conceito de “quadros sociais da memória”, entendido como o conjunto de referências compartilhadas por grupos sociais, formado por valores, práticas, linguagens e representações que possibilitam aos indivíduos organizar suas lembranças.

A contribuição central de Halbwachs (2006) consiste em demonstrar que a memória individual depende das estruturas sociais nas quais o sujeito está inserido. O indivíduo recorda porque participa de grupos que oferecem categorias interpretativas para compreender sua própria experiência. A família, a escola, as comunidades religiosas, os espaços profissionais e outras formas de sociabilidade funcionam como ambientes nos quais determinadas lembranças são reforçadas, reinterpretadas ou esquecidas. Desse modo, a memória não corresponde a uma reprodução integral do passado, mas a uma reconstrução realizada no presente, influenciada pelas relações sociais que atravessam a vida dos indivíduos.

Essa compreensão modifica a maneira de analisar aquilo que costuma ser considerado uma lembrança pessoal. Mesmo experiências vividas individualmente permanecem relacionadas aos sistemas simbólicos disponíveis para sua interpretação. Halbwachs (2006) sustenta que as recordações são continuamente reorganizadas mediante referências coletivas que fornecem aos sujeitos a linguagem necessária para narrar suas próprias trajetórias. As palavras utilizadas para descrever acontecimentos passados, os sentidos atribuídos às experiências e as formas de interpretar acontecimentos pessoais são construídos dentro de contextos sociais específicos.

A partir dessa perspectiva, a memória individual pode ser compreendida como uma elaboração situada, cuja existência depende de referências externas ao próprio sujeito. Para evocar acontecimentos passados, os indivíduos recorrem a categorias de pensamento construídas socialmente, utilizando valores e significados compartilhados pelos grupos aos quais pertencem. A lembrança emerge, assim, de um processo de reconstrução no qual experiências anteriores são reorganizadas conforme as condições presentes de interpretação.

Essa formulação possui implicações diretas para a análise da memória institucional. Se a recordação individual depende de quadros sociais que orientam sua construção, a memória pública também está vinculada às estruturas que definem quais narrativas serão preservadas e quais trajetórias permanecerão ausentes. A escolha de nomes para espaços públicos, como escolas e instituições educacionais, participa desse processo ao transformar determinadas vidas em referências coletivas. Investigar essas nomeações implica examinar os mecanismos sociais que produzem reconhecimento histórico e compreender como certas mulheres passam a integrar a memória oficial enquanto outras permanecem fora dos registros institucionais:

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado, senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (Halbwachs, 2006, p. 102).

As contribuições de Halbwachs (2006) tornam-se particularmente relevantes para pesquisas dedicadas aos estudos da memória social porque permitem compreender que a permanência ou o desaparecimento de determinadas lembranças depende das estruturas coletivas responsáveis por sua preservação, circulação e transmissão. A memória de um grupo não se mantém apenas pela existência de indivíduos que testemunharam determinados acontecimentos, ela necessita de espaços sociais capazes de atribuir sentido ao passado e incorporá-lo às narrativas coletivas. Quando determinados sujeitos ou trajetórias deixam de

ocupar uma posição significativa nos quadros sociais da memória, suas histórias podem perder os referenciais que possibilitam sua rememoração, tornando-se progressivamente invisíveis no espaço público.

Essa compreensão desloca a análise da memória para além da ideia de simples conservação do passado. A memória coletiva, conforme desenvolvida por Halbwachs (2006), envolve processos de seleção, reconstrução e legitimação que ocorrem dentro de grupos sociais específicos. Aquilo que permanece lembrado depende das relações sociais que sustentam essa lembrança, dos valores atribuídos a determinadas trajetórias e dos mecanismos institucionais que permitem sua transmissão ao longo do tempo. Nesse sentido, o esquecimento também pode ser compreendido como parte da dinâmica social da memória, uma vez que a ausência de determinados sujeitos nos registros coletivos resulta de processos históricos de seleção e hierarquização.

Ao examinar a trajetória histórica da memória coletiva, Le Goff (1990) reconstrói as transformações ocorridas nas formas de preservação e transmissão do passado, considerando as mudanças produzidas pela passagem das sociedades predominantemente orais para aquelas organizadas em torno da escrita e dos registros documentais. A escrita ampliou a capacidade de conservação das informações e modificou as relações entre memória individual e memória social, pois permitiu que acontecimentos, conhecimentos e narrativas fossem fixados em suportes externos ao sujeito. Com a invenção da imprensa durante a Idade Moderna, essa exteriorização da memória alcançou uma nova dimensão, favorecendo a multiplicação dos registros e a circulação mais ampla do conhecimento.

Na contemporaneidade, Le Goff (1990) identifica uma intensificação desse processo com o desenvolvimento das tecnologias de registro produzidas ao longo do século XX, como a fotografia, os meios eletrônicos e os sistemas de armazenamento de informações. A memória passa a depender cada vez mais de dispositivos externos de preservação, o que amplia sua capacidade de acumulação, mas também torna mais evidente a necessidade de critérios sociais para organizar, selecionar e atribuir valor aos registros produzidos. Arquivos, bibliotecas e bancos de dados não funcionam como depósitos neutros de informações, pois envolvem decisões institucionais acerca daquilo que será preservado e transmitido às gerações futuras.

A partir das reflexões de Le Goff (1990), o documento histórico precisa ser compreendido como uma construção social vinculada às relações de poder. O conceito de documento/monumento elaborado pelo historiador francês procura demonstrar que os registros históricos carregam as marcas das sociedades que os produziram, pois resultam de escolhas sobre quais acontecimentos, indivíduos e narrativas deveriam adquirir permanência histórica. A documentação preservada ao longo do tempo expressa, assim, disputas pela definição daquilo

que merece ocupar um lugar na memória coletiva.

Essa perspectiva permite compreender a relação entre memória e instituições responsáveis pela produção dos registros oficiais. Durante grande parte da história ocidental, organismos como o Estado, a Igreja e grupos pertencentes às elites políticas exerceram influência significativa na produção documental e na preservação de determinadas narrativas históricas. A ausência de registros sobre determinados sujeitos pode indicar dificuldades materiais de preservação, mas também pode revelar processos sociais que limitaram sua inscrição na memória institucional.

No caso das mulheres que nomeiam as escolas municipais investigadas nesta pesquisa, a ausência de registros biográficos, referências institucionais e documentação sistematizada evidencia uma problemática relacionada à construção desigual da memória pública. A existência do nome da patrona na fachada escolar indica que houve uma decisão institucional de preservação simbólica de sua figura, mas a ausência de informações sobre sua trajetória limita a possibilidade de compreender quem foram essas mulheres, quais experiências marcaram suas vidas e quais elementos justificaram sua escolha como representantes da memória escolar.

Conforme aponta Le Goff (1990, p. 368), tornar-se “senhor da memória e do esquecimento” constitui uma estratégia vinculada às relações de poder, pois controlar os mecanismos de preservação do passado implica participar da definição daquilo que será reconhecido historicamente. Nesse sentido, indivíduos que não possuem respaldo documental ou institucional encontram maiores dificuldades para permanecer presentes nos processos de rememoração coletiva. A presença nominal das patronas, dissociada de narrativas biográficas preservadas em arquivos e documentos oficiais, evidencia os limites da homenagem formal e permite compreender o apagamento biográfico como um elemento que participa da própria constituição da memória oficial.

4.2 Toponímia e gênero

A escolha por analisar escolas municipais nomeadas em homenagem a mulheres insere-se em uma investigação voltada a compreender os sentidos atribuídos às nomeações escolares e suas implicações na constituição da memória pública educacional. A presença formal de nomes femininos nas fachadas das instituições indica uma forma de reconhecimento simbólico, mas a ausência de narrativas preservadas e de informações capazes de reconstruir as trajetórias das mulheres homenageadas revela uma tensão entre a inscrição do nome e a permanência da memória associada a ele.

É nesse ponto que a toponímia oferece uma perspectiva analítica relevante para a compreensão do problema investigado. De acordo com Queiroga (2021), os topônimos constituem registros da memória coletiva e integram o patrimônio simbólico de uma sociedade, pois condensam referências históricas, culturais e sociais atribuídas aos lugares. A partir dessa concepção, um nome inscrito em um espaço público não se limita à identificação administrativa de uma instituição, pois envolve processos de construção narrativa, preservação de referências coletivas e reconhecimento social das trajetórias associadas ao lugar nomeado.

A nomeação dos espaços públicos constitui objeto de estudo da toponímia, campo de investigação dedicado à análise linguística, histórica e cultural da origem e dos significados atribuídos aos nomes dos lugares. Conforme Queiroga (2021), os nomes atribuídos aos espaços não funcionam apenas como mecanismos de orientação geográfica, pois expressam valores, memórias e disputas simbólicas presentes nas sociedades que os produzem. A escolha de determinado nome para uma rua, escola ou instituição revela processos sociais de seleção e legitimação, permitindo investigar quais personagens, acontecimentos e referências culturais adquiriram reconhecimento no espaço público.

Uma das contribuições centrais da toponímia consiste em demonstrar que os nomes dos lugares podem atuar como instrumentos de preservação histórica. Segundo Queiroga (2021), os topônimos carregam elementos da memória e da cultura de uma comunidade, permitindo estabelecer vínculos entre os indivíduos e os espaços nos quais constroem suas experiências cotidianas. A relação da população com os nomes que identificam ruas, instituições e territórios depende, em certa medida, da existência de narrativas capazes de explicar sua origem e significado. Quando essas narrativas desaparecem, o nome permanece materialmente presente, mas perde parte de sua capacidade de produzir reconhecimento e pertencimento.

O topônimo, nessa perspectiva, configura-se como patrimônio cultural porque reúne marcas das experiências históricas que constituem determinado espaço social. Queiroga (2021) destaca que os nomes dos lugares participam da formação da imagem simbólica dos territórios, dimensão sintetizada pela expressão “alma do lugar”, utilizada para indicar os sentidos afetivos e identitários construídos na relação entre sujeitos e espaços. A preservação de um nome envolve, desse modo, a preservação das referências coletivas que permitem compreender por que determinado indivíduo ou acontecimento foi incorporado à paisagem pública.

Essa dimensão simbólica permite compreender por que as alterações arbitrárias de topônimos podem produzir impactos que ultrapassam a simples substituição administrativa de uma denominação. Conforme analisa Queiroga (2021), mudanças realizadas sem participação da comunidade podem romper vínculos estabelecidos entre os sujeitos e os lugares que integram sua experiência cotidiana. A substituição de um nome envolve disputas sobre memória,

pertencimento e reconhecimento, pois interfere nas formas pelas quais uma sociedade interpreta sua própria trajetória histórica.

O conceito de “sujeito-nomeador”, desenvolvido por Dick (1990), amplia essa discussão ao permitir analisar as relações de poder presentes no processo de nomeação dos espaços públicos. Segundo a autora, o sujeito-nomeador corresponde ao indivíduo ou grupo responsável pela atribuição de um nome a determinado lugar. Essa ação envolve uma interpretação do espaço e uma escolha entre diferentes possibilidades de representação, pois aquele que nomeia participa da construção simbólica do território por meio da linguagem.

A partir dessa perspectiva, o ato de nomear revela intenções, valores e referências socioculturais presentes no contexto em que a denominação foi produzida. Para Dick (1990), a escolha de um topônimo expressa formas de apropriação simbólica do espaço, uma vez que o nome atribuído carrega elementos da visão de mundo daqueles que possuem autoridade para realizar essa escolha. A nomeação de uma instituição pública, nesse sentido, participa da produção de uma memória oficial ao conferir visibilidade a determinadas trajetórias e inserir determinados sujeitos na paisagem coletiva.

Essa compreensão é particularmente relevante para a análise das escolas municipais homenageando mulheres. A atribuição de um nome feminino a uma instituição escolar envolve uma decisão institucional que inscreve uma determinada figura na memória pública da cidade. Quando essa inscrição não é acompanhada pela preservação de documentos, narrativas biográficas e informações sobre a trajetória da homenageada, surge uma problemática específica: o nome permanece como referência material, mas a memória que deveria sustentá-lo torna-se fragilizada. A análise toponímica permite investigar precisamente essa relação entre nomeação, poder e preservação da memória coletiva:

Os sujeitos-nomeadores não apenas imprimem pensamentos e intenções nas escolhas toponímicas, mas fazem uso da língua para apropriar-se de um território, revelando traços de condutas humanas sociais e culturalmente contextualizadas que remetem às intenções explícitas ou às veladas das relações de poder. (Santos; Melo de Mendonça, 2025, p. 8).

Transposta para o contexto das nomeações escolares investigadas nesta pesquisa, essa perspectiva permite examinar uma dimensão central do problema analisado: a relação entre a escolha dos nomes atribuídos às instituições educacionais e os critérios sociais que orientam a construção da memória pública. Quando o poder público municipal, seja por meio do Poder Executivo, seja pela atuação parlamentar da Câmara Municipal, atribui o nome de uma mulher a uma escola, assume a posição de sujeito-nomeador descrita por Dick (1990). Essa posição envolve uma escolha simbólica acerca das trajetórias femininas que serão incorporadas ao espaço público e dos elementos utilizados para

justificar sua permanência na memória coletiva.

A atuação do sujeito-nomeador revela que a nomeação de um espaço não ocorre a partir de uma decisão puramente administrativa. Segundo Dick (1990), o processo de atribuição de um nome envolve interpretações sobre o território e sobre os sujeitos considerados representativos para determinada comunidade. Nesse sentido, analisar as escolas nomeadas em homenagem a mulheres permite investigar quais características foram valorizadas na construção dessas homenagens, quais trajetórias receberam reconhecimento institucional e quais aspectos das vidas dessas mulheres foram preservados ou deixaram de ser registrados.

No âmbito da classificação toponímica, Dick (1990) desenvolve diferentes categorias para compreender os nomes atribuídos aos lugares. Entre elas, encontram-se os antropotopônimos, categoria formada por nomes de pessoas utilizados como denominação de espaços geográficos ou instituições. O antropotopônimo ultrapassa a função de identificação formal do lugar, pois estabelece uma relação entre determinado território e a memória de um indivíduo cuja trajetória passa a integrar a paisagem social.

No contexto urbano e institucional, a utilização de antropotopônimos constitui uma prática de preservação simbólica. Ao atribuir o nome de uma pessoa a uma rua, bairro ou escola, o sujeito-nomeador confere a essa trajetória uma dimensão pública, permitindo que a referência permaneça vinculada ao espaço mesmo após o desaparecimento físico do homenageado. Conforme Dick (1990), essa prática transforma o território em suporte de memórias socialmente selecionadas, expressando valores, crenças e interesses presentes no grupo responsável pela nomeação.

Essa compreensão permite observar que os espaços nomeados funcionam como registros das relações de poder existentes em determinada sociedade. A escolha de uma pessoa para representar uma instituição pública envolve processos de reconhecimento e legitimação, pois insere uma trajetória individual em uma narrativa coletiva sobre aquilo que merece ser lembrado. No caso das mulheres homenageadas pelas escolas municipais analisadas nesta pesquisa, a categoria dos antropotopônimos contribui para investigar como suas identidades foram incorporadas à memória institucional e quais condições permitiram ou dificultaram a preservação de suas histórias.

4.3 A toponímia das escolas municipais de Uberlândia

A análise das nomeações escolares municipais de Uberlândia revela que esse padrão se manifesta de maneira significativa. A escolha por antropotopônimos nas instituições de ensino investigadas parece estar relacionada à intenção de homenagear personalidades vinculadas a

famílias de prestígio social, figuras da vida pública local e grupos que exerceram influência na configuração histórica do município. Nesse contexto, a atribuição do nome de uma mulher a uma escola não implica, necessariamente, a preservação de sua trajetória individual. Em muitos casos, a homenagem parece funcionar como uma forma de perpetuação do prestígio associado ao grupo familiar ou social ao qual ela pertenceu. O espaço escolar transforma-se, assim, em um campo no qual determinadas memórias são inscritas e legitimadas, inclusive quando essas memórias são representadas por nomes femininos.

A compreensão do espaço público como “lugar de memória” constitui uma perspectiva relevante para a investigação desse fenômeno. O nome atribuído a uma rua, praça, bairro ou instituição escolar não se limita à função administrativa de identificação territorial. O topônimo constitui uma representação simbólica que incorpora elementos linguísticos, culturais e históricos do contexto em que foi criado, concentrando em uma denominação aparentemente simples diferentes camadas de significado relacionadas à memória coletiva.

De acordo com Nader (2007), o espaço público pode ser compreendido como um lugar de memória na medida em que permite à comunidade reconhecer aspectos de sua própria trajetória histórica por meio dos patrimônios de uso coletivo. A constituição toponímica dos espaços urbanos desempenha, nesse sentido, uma função relacionada à transmissão de referências históricas e culturais às gerações posteriores. Conforme Santos e Melo de Mendonça (2025, p. 37), os espaços públicos configuram “verdadeiros lugares de memórias, no sentido de lugares simbólicos onde essa memória coletiva, vale dizer, essa identidade, se expressa e se revela”.

Quando a narrativa vinculada ao nome desaparece, permanece apenas a denominação inscrita na fachada, enquanto os elementos que poderiam fundamentar a homenagem deixam de circular socialmente. É esse problema que orienta a presente seção. Para investigá-lo, foi realizado um levantamento das escolas da rede municipal de ensino com nomes femininos, masculinos e neutros, considerando também as instituições inicialmente selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa. A análise desse conjunto permite identificar recorrências e ausências, examinando como essas homenagens se articulam aos processos de construção da memória pública e aos mecanismos de silenciamento presentes na história oficial do município.

Um exemplo concreto permite observar esse problema de maneira mais precisa: a Escola Municipal Hilda Leão Carneiro, localizada no setor leste do município e integrante do recorte inicial desta pesquisa. Durante a análise dos documentos oficiais disponíveis sobre a instituição, identificou-se uma ausência significativa de informações biográficas relacionadas à homenageada. Não foram encontrados, nos materiais consultados, registros institucionais, documentos do acervo escolar, arquivos públicos municipais ou registros da Câmara Municipal

que apresentassem informações sobre quem foi Hilda Leão Carneiro, sua trajetória de vida, suas possíveis contribuições sociais ou os motivos que fundamentaram a escolha de seu nome para a instituição.

Os documentos analisados permitem observar que a nomeação parece estar associada principalmente ao sobrenome carregado pela homenageada: Leão Carneiro, família reconhecida por sua influência política e econômica em Uberlândia. Durante a investigação, identificou-se que Hilda Leão Carneiro era avó do ex-prefeito de Uberlândia Odelmo Leão Carneiro. Não foi possível, entretanto, localizar informações que indiquem se ela exerceu atividades relacionadas à educação municipal ou se desenvolveu alguma atuação pública que justificasse diretamente a homenagem. A escola parece ter recebido seu nome em conexão com o prestígio atribuído à linhagem familiar, fazendo com que a referência ao grupo social tenha ocupado maior espaço documental do que a reconstrução da trajetória individual da homenageada.

Esse caso permite compreender a dimensão política da produção documental analisada por Jacques Le Goff (1990). De acordo com o autor, os documentos históricos não constituem registros neutros da realidade, pois resultam de processos de seleção que determinam quais acontecimentos, sujeitos e memórias serão preservados. No caso de Hilda Leão Carneiro, o arquivo conserva o nome associado à instituição, mas não apresenta elementos capazes de reconstruir sua história pessoal. O silêncio documental, nesse sentido, revela os próprios mecanismos pelos quais determinadas trajetórias permanecem pouco acessíveis na memória pública.

No início do percurso investigativo, buscou-se obter junto à Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia (SME) uma listagem completa das escolas pertencentes à rede municipal, acompanhada das respectivas datas de inauguração. Essa informação foi fundamental para delimitar o universo da pesquisa, conforme apresentado anteriormente, e compreender o contexto histórico em que ocorreram as nomeações das instituições.

O contato inicial com a secretaria revelou uma dificuldade que acompanharia parte significativa do processo de investigação: os registros acessíveis do órgão não continham as datas de inauguração das unidades escolares. A ausência dessas informações em uma instituição responsável pela administração da rede municipal de ensino constitui, por si mesma, um elemento relevante para a análise da preservação da memória institucional. Essa lacuna torna-se ainda mais significativa diante da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que estabelece o direito de acesso aos documentos e dados produzidos ou custodiados pelo poder público, salvo situações específicas de sigilo previstas na legislação.

Diante dessa limitação, o percurso de pesquisa precisou ser ampliado por meio da consulta a outras instituições públicas. O contato com a Câmara Municipal de Uberlândia possibilitou o acesso às atas das sessões relacionadas aos processos de nomeação das unidades escolares. Esses documentos contribuíram para reconstruir aspectos administrativos das escolhas realizadas pelo poder público, embora apresentassem informações reduzidas sobre as trajetórias das mulheres homenageadas, os critérios utilizados para a seleção dos nomes e os processos simbólicos envolvidos na constituição da memória pública associada às escolas.

4.4 A história oficial e o vazio documental

A decisão de realizar visitas presenciais às cinco instituições escolares selecionadas para esta pesquisa partiu de uma premissa metodológica relacionada ao próprio percurso investigativo. Se os arquivos públicos e os registros legislativos examinados não apresentavam informações suficientes sobre as mulheres homenageadas, era possível supor que as próprias escolas tivessem preservado algum vestígio dessa memória. Afinal, uma instituição que carrega o nome de uma pessoa por décadas poderia ter desenvolvido, ao longo de sua trajetória, algum vínculo institucional com a história daquela mulher, seja por meio de registros no projeto político-pedagógico, menções no regimento escolar, materiais preservados na biblioteca, fotografias expostas nos espaços internos ou pela memória de gestores e funcionários que acompanhassem a história da escola.

As cinco instituições receberam a pesquisa e permitiram o acesso aos projetos político-pedagógicos, aos regimentos escolares e aos acervos disponíveis nas bibliotecas. Também foram realizadas conversas com diretoras, coordenadoras pedagógicas e funcionários, buscando identificar qualquer elemento que pudesse conduzir a novas fontes de investigação. Durante as visitas, foram procurados nomes, datas, referências documentais ou relatos capazes de indicar pessoas próximas às homenageadas ou caminhos ainda não explorados. O resultado encontrado, com uma única exceção, foi a ausência de registros institucionais sobre as trajetórias das mulheres que dão nome às escolas.

Entre os documentos institucionais analisados nas cinco unidades, apenas uma escola apresentava alguma referência à sua patrona. Essa menção, entretanto, era breve, sem informações biográficas suficientes e incapaz de responder às questões centrais que orientaram esta investigação. Nos demais estabelecimentos, os projetos político-pedagógicos mencionavam a instituição pelo nome da homenageada, porém sem apresentar qualquer informação sobre sua trajetória pessoal, profissional ou social. Os regimentos escolares,

documentos responsáveis por organizar aspectos administrativos e pedagógicos da vida institucional, também não registravam informações sobre as mulheres homenageadas. Os acervos das bibliotecas consultadas seguiam a mesma tendência, sem materiais históricos que permitissem reconstruir suas trajetórias. As entrevistas realizadas com gestores e funcionários reforçaram esse quadro. Alguns profissionais reconheciam o nome da patrona e associavam sua figura, de maneira genérica, ao magistério ou à história local. Outros demonstraram desconhecimento sobre a pessoa homenageada, limitando-se às informações presentes na identificação oficial da escola. Em apenas um caso foi possível obter, por meio dos gestores, indicações de familiares, pessoas próximas ou integrantes da comunidade que poderiam contribuir para a reconstrução da memória dessas mulheres.

Esse resultado, que inicialmente representava uma dificuldade para a estratégia investigativa formulada, passou a constituir um dado relevante para compreender a relação entre nomeação escolar e preservação da memória feminina. A ausência de referências sobre as patronas nos documentos e práticas institucionais analisados sugere a existência de um processo mais amplo de distanciamento entre a homenagem inscrita no nome da escola e a narrativa histórica capaz de atribuir sentido a essa homenagem.

Uma instituição que funciona há mais de três décadas carregando o nome de uma mulher e que não dispõe de informações sobre quem ela foi revela uma ruptura entre o ato administrativo da nomeação e a construção cotidiana da memória escolar. A repetição desse fenômeno nas cinco instituições investigadas, localizadas em diferentes regiões do município, com diferentes períodos de criação e trajetórias administrativas, permite formular a hipótese de que esse apagamento não resulta de circunstâncias isoladas. O problema identificado não se encontra apenas na inexistência de documentos arquivados, mas na forma como essas escolas incorporaram, ou deixaram de incorporar, a memória das mulheres cujos nomes passaram a integrar sua identidade institucional.

5. EXCEÇÃO COMO ESPELHO: O CASO ORLANDA NEVES STRACK

Ao longo desta dissertação, o silêncio apareceu como um dado recorrente da investigação. Nos arquivos escolares, nos documentos legislativos, nos projetos político-pedagógicos e nas memórias institucionais examinadas, as mulheres homenageadas permaneceram afastadas das próprias trajetórias que justificaram a inscrição de seus nomes nos espaços educacionais. A Escola Municipal Professora Orlanda Neves Strack constitui uma exceção dentro desse conjunto e, justamente por apresentar uma configuração distinta, demanda

uma análise específica. O caso de Orlanda não enfraquece a problemática identificada nos demais capítulos, pois permite compreender com maior precisão os mecanismos pelos quais uma memória feminina pode ser preservada ou perdida no espaço público escolar.

Orlanda Neves Strack foi professora. Essa informação, inicialmente, aparece inscrita no próprio nome da instituição e confirma uma trajetória profissional que corresponde ao perfil mais recorrente entre as mulheres homenageadas nas escolas públicas municipais de Uberlândia. A investigação desse caso, entretanto, revelou uma possibilidade que não esteve presente nas demais escolas analisadas: foi possível encontrar pessoas que conheciam sua história e estavam dispostas a compartilhar suas memórias sobre ela.

Vânia Aparecida Strack, filha de Orlanda Neves Strack e responsável por um lar de longa permanência para idosos, recebeu esta pesquisa em uma manhã de setembro. Sua disposição em reconstruir a trajetória da mãe constituiu uma fonte fundamental para compreender aspectos que os registros oficiais não apresentavam. Esse tipo de colaboração foi justamente uma das possibilidades buscadas durante as visitas realizadas às cinco instituições investigadas, porém somente neste caso encontrou-se uma memória familiar preservada e disponível para análise. A entrevista com Vânia, articulada ao documento oficial da Câmara Municipal de Uberlândia que apresentou a justificativa da nomeação da escola, permitiu construir aquilo que os demais casos não possibilitaram: uma reconstrução parcial da trajetória da mulher cujo nome permanece inscrito na instituição escolar.

Este capítulo não tem como objetivo transformar Orlanda Neves Strack em uma figura excepcional ou em uma personagem idealizada. Sua trajetória será examinada como um caso que ajuda a compreender a própria problemática central desta pesquisa. Ao investigar aquilo que foi possível conhecer sobre Orlanda, torna-se mais perceptível a dimensão do desconhecimento existente em relação às demais mulheres homenageadas. A existência dessa exceção permite observar com maior nitidez a extensão do apagamento identificado ao longo da investigação.

Imagem 01: foto de Orlanda Neves Strack



Fonte: Arquivo pessoal de Vânia

Nascida em 9 de abril de 1922, no tradicional bairro Fundinho, Orlanda Neves Strack viveu sua infância e juventude em uma casa simples localizada na Rua Lúcia Matos. Criada em uma família numerosa e tradicional, desenvolveu desde cedo uma sensibilidade voltada ao cuidado com as pessoas próximas. Conforme relembrou sua filha Vânia Aparecida Strack, essa característica já estava presente antes mesmo de sua trajetória profissional na educação: “minha mãe sempre foi muito atenta aos outros, sempre prestativa, mesmo antes de se tornar professora”.

O percurso de Orlanda até a educação começou ainda na juventude. Segundo o relato de Vânia, embora seu marido permanecesse longos períodos trabalhando na zona rural, cuidando de gado e viajando para fazendas em Goiás, ela construiu gradualmente sua própria trajetória profissional. Após estudar e atuar como telefonista na Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC), realizou o curso de Magistério e iniciou sua atuação como professora.

A experiência acumulada na docência levou Orlanda a assumir a direção da Escola Municipal Altamira, localizada no bairro Patrimônio. Foi nesse espaço que sua atuação ultrapassou os limites tradicionais atribuídos à função escolar, fazendo com que sua presença fosse associada pela comunidade a diferentes formas de cuidado. “Ela era tudo naquela comunidade. Diretora, professora, parteira, conselheira, até médica quando era necessário”, relatou Vânia.

A memória construída pelos moradores do bairro evidencia que a atuação de Orlanda estava vinculada às necessidades concretas daquela população. Era procurada para orientar questões relacionadas à saúde, auxiliar em situações emergenciais e oferecer apoio em momentos de dificuldade. A Escola Municipal Altamira, onde exerceu sua função diretiva durante vários anos, encontra-se atualmente desativada.

O bairro Patrimônio, que atualmente reivindica judicialmente o reconhecimento como quilombo urbano, era marcado por condições de vulnerabilidade social, circunstância que ampliava a importância da presença comunitária da educadora. “Ela tinha amizade com todas as pessoas”, recorda Vânia. Segundo a filha, o vínculo estabelecido com os moradores foi tão intenso que Orlanda chegou a ter cerca de 80 afilhados no bairro. “As pessoas confiavam muito nela, era como se fosse parte da família de todos”.

A atuação comunitária de Orlanda também envolveu práticas de cuidado que ultrapassavam sua função escolar. Conforme explicou Vânia, em um contexto marcado pela escassez de serviços médicos, a diretora utilizava sua própria casa e seus conhecimentos práticos para auxiliar moradores que necessitavam de atendimento. “Todo mundo que

machucava, que tinha problema, ela ia, fazia curativo”, lembrou a filha. Em algumas situações, diante da ausência de profissionais especializados, chegou a realizar procedimentos improvisados para atender demandas urgentes da comunidade.

O apoio do marido também foi mencionado como elemento importante dessa atuação. Por possuir um dos poucos veículos disponíveis na região, ele auxiliava Orlanda no deslocamento de pessoas doentes até unidades de atendimento. A lembrança preservada pelos filhos associa essa prática a um princípio que orientou sua vida: a disposição para auxiliar aqueles que precisavam de ajuda. Como afirmou Vânia, “ensinou a vida inteira a fazer o que a gente podia para atender o próximo”.

Essa dimensão comunitária permite compreender uma concepção ampliada de educação presente na trajetória de Orlanda. Sua prática pedagógica envolvia o processo de alfabetização, mas também a formação de vínculos sociais e o atendimento às necessidades humanas que atravessavam a vida dos estudantes e moradores. Essa perspectiva aparece em sua participação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa criado durante o regime militar brasileiro com o objetivo de ampliar a alfabetização de adultos.

De acordo com o relato de Vânia, Orlanda atribuía grande significado ao momento em que trabalhadores adultos conseguiam escrever o próprio nome pela primeira vez. “Ela ficava emocionada quando um trabalhador conseguia assinar o próprio nome pela primeira vez”, contou a filha. As aulas aconteciam no período noturno, e Vânia, ainda criança, acompanhava a mãe durante esse trabalho. “Foi um começo muito bonito, quando começou a alfabetizar os adultos. Isso foi uma coisa linda”, lembrou.

A preocupação de Orlanda com a inclusão educacional também aparece na memória familiar associada ao atendimento de estudantes com deficiência. Segundo Vânia, sua mãe esteve entre as primeiras educadoras de Uberlândia a acolher esses alunos por meio das chamadas “Classes Especiais”. Mesmo após dificuldades estruturais, como a interdição da escola depois de uma tempestade, buscou manter o atendimento aos estudantes.

Essa experiência contribuiu para outro momento significativo de sua trajetória: a criação da primeira escola de educação especial de Uberlândia. “A primeira que existiu aqui em Uberlândia”, afirmou Vânia ao recordar a iniciativa. A instituição funcionava em uma casa simples cedida pelo diretor do museu, Sancler Neto, e atendia pessoas com deficiência auditiva e outros tipos de deficiência. A lembrança desse episódio sugere que a atuação de Orlanda estava vinculada a uma preocupação constante com grupos que encontravam barreiras de acesso aos serviços educacionais disponíveis naquele período.

Mãe de seis filhos e companheira dedicada, Orlanda conciliava a vida familiar com uma intensa atuação pública. Conforme relatou Vânia, a rotina da mãe envolvia o cuidado doméstico, o trabalho escolar e o atendimento às demandas da comunidade. “Ela cozinhava, cuidava da gente e ainda tinha tempo para ajudar quem precisasse. Eu me pergunto como ela dava conta”, afirmou.

Mesmo trabalhando durante os três períodos do dia quando ocupava a direção escolar, Orlanda procurava atuar em contextos considerados mais vulneráveis. Sua filha recorda que ela priorizava “criança com problema” e adultos analfabetos, expressão que revela a atenção direcionada àqueles que apresentavam maiores dificuldades de acesso à educação e aos serviços básicos.

Uma das memórias mais marcantes preservadas por Vânia está relacionada ao cuidado com pessoas falecidas. Em uma época em que muitos bairros não dispunham de serviços funerários estruturados, Orlanda era chamada pelos moradores para preparar os corpos antes dos velórios realizados nas próprias residências. “Toda vez que morria alguém, eles chamavam a minha mãe para dar banho no defunto”, relatou Vânia.

A prática exigia enfrentar um aspecto da morte que provocava medo em muitas pessoas da comunidade. Para a filha, observar a mãe realizando esse cuidado durante anos influenciou sua própria compreensão sobre o atendimento aos idosos. “Eu aprendi isso a vida inteira, vendo a minha mãe cuidar da pessoa morta e preparar”, afirmou. Atualmente, Vânia relaciona essa herança familiar ao trabalho que desenvolve em uma instituição de longa permanência para idosos, orientado pela preocupação com o bem-estar e o acolhimento dos residentes.

Segundo Vânia, Orlanda nunca exerceu militância partidária direta, embora utilizasse sua influência comunitária para apoiar candidatos comprometidos com pautas relacionadas à educação, saúde e dignidade humana. O reconhecimento recebido ainda em vida aparece nas lembranças dos últimos anos da educadora, quando sua residência passou a receber visitas frequentes de vizinhos, antigos alunos e pessoas que desejavam expressar gratidão. “Meu pai ficava impaciente com tanta gente entrando e saindo. Mas a gente dizia: pai, é o que ela plantou”, recordou a filha.

Orlanda faleceu em 15 de fevereiro de 2003. Poucos meses depois, sua trajetória foi escolhida para nomear uma escola pública municipal de Uberlândia. A nomeação expressava uma forma institucional de reconhecimento construída após sua morte, vinculada à memória que a comunidade havia preservado sobre sua atuação como educadora e cuidadora.

A narrativa construída a partir do relato de Vânia não pretende transformar Orlanda Neves Strack em uma personagem idealizada nem avaliar a memória afetiva que uma filha

conserva sobre sua mãe. Como fonte histórica, a memória familiar possui características próprias: ela seleciona acontecimentos, atribui sentidos e preserva experiências marcadas pelos vínculos afetivos. Essas características não diminuem seu valor documental, pois revelam como determinada pessoa foi lembrada por aqueles que conviveram com ela.

O que a entrevista possibilitou reconstruir foi a existência social de uma mulher cuja trajetória deixou marcas concretas na comunidade em que atuou. A memória preservada por Vânia, pelos moradores do bairro Patrimônio e por antigos estudantes apresenta elementos que dificilmente seriam recuperados apenas pelos documentos administrativos relacionados à nomeação da escola.

Ao registrar esses relatos, a pesquisa procura compreender como determinadas trajetórias femininas permanecem ou desaparecem dos espaços institucionais. A história de Orlanda permite observar uma possibilidade que esteve ausente nos demais casos investigados: a presença de uma memória capaz de reconstruir, ainda que parcialmente, quem foi a mulher associada ao nome de uma escola municipal. Essa possibilidade ajuda a compreender a dimensão da perda produzida quando outras patronas permanecem reduzidas apenas ao nome inscrito na fachada das instituições que carregam sua homenagem.

6. NOMES E SILÊNCIOS: REFLEXÕES E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Esta dissertação teve como ponto de partida uma pergunta aparentemente simples: quem foram as mulheres que emprestaram seus nomes às escolas municipais de Uberlândia? A pergunta surgiu a partir da inquietação de uma criança diante da fachada de uma escola pública e, ao longo do percurso investigativo, revelou uma problemática mais ampla do que aquela inicialmente formulada. A investigação não encontrou, na maior parte dos casos examinados, as biografias que buscava reconstruir. O que emergiu dos documentos legislativos, dos arquivos escolares e das memórias institucionais foi a recorrência de um processo de desaparecimento simbólico das mulheres homenageadas.

A ausência de registros sobre as patronas das instituições investigadas não parece decorrer de situações isoladas relacionadas à organização documental de uma escola específica. A repetição desse fenômeno em cinco instituições localizadas em diferentes setores da cidade, submetidas a diferentes gestões e existentes há mais de três décadas, permite formular a hipótese de que esse silêncio possui uma dimensão estrutural dentro das práticas institucionais de preservação da memória.

A partir dos dados empíricos reunidos e do quadro teórico construído ao longo da

dissertação, esta pesquisa propõe compreender o apagamento das mulheres homenageadas nas escolas municipais de Uberlândia a partir de dois mecanismos articulados, denominados aqui de “apagamento por ausência” e “apagamento por redução”. Essa distinção surgiu da análise comparativa entre os documentos de nomeação, os registros institucionais e as narrativas obtidas durante o trabalho de campo.

O apagamento por ausência caracteriza os casos das escolas Julieta Diniz, Cecy Cardoso Porfírio, Olga Del Fávero e Hilda Leão Carneiro. Nessas situações, a documentação oficial responsável pela nomeação da instituição registra o nome da homenageada, mas não apresenta elementos capazes de reconstruir sua trajetória. A mulher aparece no título da lei, porém sua história não é incorporada ao discurso institucional que justificou a homenagem. O problema encontrado não consiste em uma narrativa incompleta sobre essas mulheres, mas na ausência de uma narrativa institucional que permita reconhecê-las como sujeitos histórico.

Quando alguma informação sobrevive, como ocorre parcialmente no caso de Hilda Leão Carneiro, ela aparece vinculada a elementos externos à sua própria trajetória. O sobrenome associado a uma família de prestígio ou o parentesco com uma autoridade política tornam-se os principais vestígios encontrados nos documentos, enquanto sua atuação individual permanece sem registro sistemático. A memória institucional, nesse sentido, preserva aspectos relacionais da existência da homenageada, mas encontra dificuldades para reconhecer sua trajetória como objeto próprio de lembrança.

O apagamento por redução encontra no caso de Orlanda Neves Strack sua expressão mais evidente. A documentação referente à sua nomeação apresenta uma justificativa biográfica detalhada, algo que não foi localizado nos demais casos analisados. Existe, inclusive, uma seção intitulada “biografia da homenageada”. A análise desse material, contudo, revela que a narrativa construída sobre Orlanda enfatiza principalmente sua condição de filha, esposa, mãe e mulher dedicada ao cuidado comunitário, enquanto sua trajetória de mais de três décadas como professora aparece resumida a uma referência genérica.

Nesse caso, a memória não desaparece integralmente, mas é organizada a partir de uma seleção específica dos aspectos considerados relevantes para representar uma mulher. A trajetória profissional de Orlanda como educadora, sua atuação na Escola Municipal Altamira, seu trabalho com alfabetização de adultos pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e sua contribuição para a educação especial em Uberlândia ocupam um espaço reduzido diante da valorização de características associadas ao cuidado e à dedicação pessoal. Esse processo se aproxima da análise desenvolvida por Beauvoir (1970) e Perrot (2007) sobre formas históricas de representação feminina nas quais mulheres são frequentemente lembradas por atributos relacionais e morais, enquanto suas realizações públicas e intelectuais recebem

menor centralidade.

Quadro 3 - Tipos de apagamento

Critério	Apagamento por Ausência	Apagamento por Redução
Definição	Nenhum registro biográfico	Registro existe, mas reduzido a virtudes morais
Casos	Julietta Diniz, Cecy Cardoso Porfírio, Olga Del Fávoro	Orlanda Neves Strack, Hilda Leão Carneiro
Documentação	Nome só no título da lei	Biografia individualizada, mas hierarquizada
O que prevalece na narrativa	Silêncio absoluto	Papéis relacionais (esposa, mãe) antes da vida profissional
Mecanismo	Supressão — a mulher não é narrada	Redução — a mulher é narrada só como símbolo moral
Resultado	Nome na fachada; pessoa ausente	Nome na fachada; pessoa presente, mas não como sujeito histórico

Fonte: Elaborado pela autora. Dados: Câmara Municipal de Uberlândia

A distinção entre ausência e redução permite compreender que o problema investigado não se limita à existência ou inexistência de homenagens. A própria forma da lembrança precisa ser examinada. Uma mulher pode permanecer inscrita em uma fachada escolar e, ainda assim, não possuir uma memória institucional capaz de comunicar sua trajetória às novas gerações. A pergunta que orienta esta investigação, portanto, desloca-se de “se” essas mulheres foram lembradas para “como” foram lembradas e quais concepções de feminilidade participaram da construção dessa memória.

O referencial teórico mobilizado ao longo da dissertação, construído a partir das contribuições de autoras e autores que investigam memória, gênero e representação social, permite aprofundar essa interpretação. Judith Butler (2018), ao desenvolver sua concepção performativa de gênero, sustenta que o gênero não corresponde a uma essência fixa presente nos indivíduos, mas a uma prática reiterada por atos que adquirem significado dentro de uma matriz cultural compartilhada. Essa formulação ajuda a compreender como os nomes femininos presentes nas fachadas escolares podem funcionar como marcas simbólicas cuja significação depende das narrativas que os acompanham.

Aplicado ao problema das nomeações escolares, esse conceito permite formular uma hipótese: um nome feminino inscrito em uma instituição pública, quando separado de qualquer narrativa histórica sobre a pessoa homenageada, conserva o signo da homenagem, mas perde

parte da capacidade de produzir reconhecimento. O nome continua presente como referência material, porém a trajetória que deveria atribuir sentido a essa presença permanece ausente. A homenagem mantém sua forma institucional, embora a construção de uma memória compartilhada sobre aquela mulher permaneça limitada.

Essa interpretação dialoga com a perspectiva de Jacques Le Goff (1990), para quem o documento histórico não deve ser compreendido como um registro neutro do passado, mas como resultado de escolhas sociais e políticas que determinam aquilo que será preservado e transmitido. O nome de uma mulher inscrito na fachada de uma escola constitui, nesse sentido, um documento que ultrapassa sua função administrativa. Ele representa uma decisão institucional sobre aquilo que uma comunidade deseja manter presente na memória coletiva. Quando esse nome não é acompanhado por uma narrativa capaz de reconstruir a trajetória da homenageada, a própria instituição acaba preservando o sinal da lembrança sem garantir as condições para que essa lembrança seja compreendida.

Essa problemática se aproxima também da reflexão de Lerner (2019) sobre a relação entre memória histórica e possibilidade de imaginar alternativas sociais. Segundo a autora, a ausência de precedentes reconhecidos limita a capacidade de determinados grupos perceberem novas possibilidades de atuação e representação. No contexto analisado por esta pesquisa, estudantes que frequentam escolas nomeadas em homenagem a mulheres atravessam sua experiência escolar diante de referências femininas cuja existência permanece pouco conhecida. A ausência de narrativas sobre essas trajetórias reduz a capacidade da homenagem de funcionar como instrumento de reconhecimento histórico.

A realidade encontrada durante a pesquisa apresenta uma tensão específica diante da Lei nº 14.986/2024, que estabelece a inclusão de abordagens sobre experiências e perspectivas femininas nos currículos da educação básica (Brasil, 2024). A legislação amplia a necessidade de incorporar as contribuições das mulheres ao processo educativo, mas os dados encontrados demonstram uma dificuldade anterior: muitas instituições que poderiam funcionar como espaços concretos de preservação dessas memórias não possuem informações suficientes sobre as próprias homenageadas.

Diante disso, surge uma questão central: como uma escola pode desenvolver práticas educativas voltadas ao reconhecimento das contribuições femininas quando a própria instituição não dispõe de elementos documentais para reconstruir a história da mulher cujo nome carrega? O problema identificado pela pesquisa não parece ser solucionado apenas pela inclusão de novos conteúdos curriculares, pois envolve também a produção e preservação das fontes que permitem trabalhar essas histórias no espaço escolar.

É nesse ponto que se situa a proposta de intervenção apresentada nesta dissertação. A partir das evidências reunidas e da análise teórica desenvolvida, propõe-se o encaminhamento, aos vereadores do município de Uberlândia, de um projeto de lei que estabeleça a obrigatoriedade de inclusão da biografia da pessoa homenageada nos documentos oficiais referentes às instituições públicas que recebem nomes de indivíduos, com atenção especial às instituições educacionais.

A proposta parte de uma constatação identificada ao longo da investigação: as leis municipais responsáveis pela criação ou renomeação das cinco escolas analisadas não estabelecem como requisito obrigatório a apresentação de uma justificativa biográfica consistente sobre a pessoa homenageada. O caso de Orlanda Neves Strack representa uma exceção parcial, pois sua trajetória foi registrada em uma justificativa legislativa mais detalhada, porém essa elaboração ocorreu por iniciativa específica do parlamentar responsável pelo projeto e não como resultado de uma exigência normativa.

A ausência de uma regra institucional produz uma dependência excessiva da iniciativa individual daqueles envolvidos no processo de nomeação. Quando a documentação biográfica depende exclusivamente da sensibilidade de um vereador, familiar ou gestor, a preservação da memória das homenageadas permanece vulnerável às circunstâncias particulares de cada processo. A proposta formulada busca transformar essa preservação em uma responsabilidade institucional.

A elaboração dessa proposta toma como referência a Lei nº 15.215/2025, que estabelece procedimentos para a denominação de escolas indígenas, quilombolas e do campo (Brasil, 2025). A legislação reconhece a importância de considerar elementos históricos e comunitários nos processos de nomeação escolar. Considerando a realidade administrativa de um município de grande extensão territorial como Uberlândia, parece mais adequado adaptar essa preocupação para um modelo documental que possa ser aplicado de maneira ampla.

Nesse sentido, a proposta defendida nesta dissertação consiste em exigir que todo projeto de lei destinado à nomeação ou renomeação de logradouros e instituições públicas municipais em homenagem a uma pessoa seja acompanhado de uma seção biográfica mínima. Essa seção deveria apresentar informações fundamentais sobre a trajetória da homenageada ou do homenageado, incluindo dados de nascimento, formação, atuação profissional ou social e os motivos históricos que justificam a escolha do nome.

A aprovação da homenagem dependeria da apresentação desse material, evitando que nomes sejam incorporados ao patrimônio público sem uma fundamentação capaz de explicar sua relevância histórica. O objetivo não consiste em produzir biografias extensas em todos os

processos legislativos, mas garantir que a memória institucional tenha um ponto de partida documental.

A proposta inclui ainda que essa biografia seja incorporada aos documentos internos da instituição após a aprovação do projeto de lei. A justificativa para essa medida encontra apoio na concepção de Halbwachs (2006) sobre os quadros sociais da memória, segundo a qual as lembranças coletivas dependem de estruturas sociais que permitem sua manutenção e circulação. Uma memória arquivada exclusivamente no processo legislativo tende a permanecer distante da comunidade escolar que convive diariamente com o nome da instituição.

Para as escolas já existentes cujas homenageadas não possuem registros biográficos disponíveis, como demonstrado nos casos investigados, propõe-se a criação de um programa municipal de resgate documental. Esse programa poderia envolver a Secretaria Municipal de Educação, o Arquivo Público Municipal e a Universidade Federal de Uberlândia, buscando reconstruir essas trajetórias a partir de fontes orais, familiares e comunitárias enquanto ainda existirem pessoas capazes de compartilhar essas memórias.

A intervenção proposta não pretende recuperar integralmente histórias que já foram perdidas. Em muitos casos, a ausência prolongada de registros torna impossível reconstruir determinados aspectos da trajetória dessas mulheres. O objetivo consiste em interromper a reprodução desse processo nas futuras nomeações públicas, transformando o silêncio identificado pela pesquisa em uma oportunidade de elaboração de políticas de memória.

A investigação realizada possui limites que precisam ser considerados. O recorte empírico composto por cinco instituições selecionadas a partir de critérios de localização geográfica, nível de ensino e abrangência comunitária não permite generalizações estatísticas sobre todas as 127 unidades da rede municipal de ensino. A pesquisa também não permite afirmar que os patronos das escolas com nomes masculinos tenham recebido tratamento distinto. Ainda assim, os padrões encontrados nos casos analisados apresentam relação consistente com os dados quantitativos levantados na etapa inicial da pesquisa.

A impossibilidade de entrevistar um dos familiares relacionados à trajetória de Hilda Leão Carneiro também restringiu o acesso a fontes orais que poderiam ampliar ou modificar a interpretação construída sobre esse caso específico. Essa limitação demonstra que pesquisas voltadas à memória dependem das condições concretas de preservação das lembranças e da disponibilidade daqueles que permanecem como seus guardiões.

Por fim, é necessário situar a relação desta pesquisa com a Linha de Pesquisa Tecnologias e Interfaces da Comunicação, na qual o trabalho foi desenvolvido. Após a

redefinição do objeto investigado, tornou-se mais difícil estabelecer uma vinculação direta com a noção de “área de comunicação como processo problematizado em suas interfaces”, conforme apresentado na ementa da linha (PPGCE, 2026a). Ainda assim, há uma aproximação possível a partir do caráter interdisciplinar da investigação e de sua articulação entre memória, educação, gênero e práticas institucionais de produção de sentidos.

Nesse aspecto, considera-se que a pesquisa permanece vinculada aos objetivos gerais do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, especialmente no que se refere à articulação entre diferentes áreas do conhecimento e à compreensão de problemas contemporâneos em suas dimensões sociais e culturais. A investigação desenvolvida procura contribuir para essa perspectiva ao examinar como processos comunicacionais institucionais participam da construção ou do enfraquecimento de determinadas memórias públicas (PPGCE, 2026b).

O estudo aqui apresentado, portanto, lança luz sobre uma questão ampla a respeito da construção do espaço das mulheres na memória coletiva, olhando especificamente para a memória escolar no município de Uberlândia/MG. Pela sua natureza, ele adquire mais relevância por despertar o debate do que por trazer resultados conclusivos. A partir dele, esperamos que surjam novas iniciativas de pesquisa sobre os mecanismos de silenciamento, mas, sobretudo, iniciativas que visem conhecer os “nomes nas fachadas” e as variadas histórias escolares que eles carregam.

7. REFERÊNCIAS

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.
- BRASIL. Lei nº 15.215/2025, de 18 de setembro de 2025. Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CORRÊA, Bianca Cristina; CAMPOS, Maria Malta; ALMAGRO, Viviane. Educação infantil: políticas e práticas no Brasil. São Paulo: Fundação Chagas, 2018.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias da gente brasileira. v. 1. São Paulo: LeYa, 2013.
- DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009. FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HENNEMANN, Natasha; LESSA, Fabiana. Filósofas: o legado das mulheres na história do pensamento mundial. São Paulo: Maquinaria Editorial, 2022.
- IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. LERNER, Gerda. The Creation of Patriarchy. New York: Oxford University Press, 1986. LERNER, Gerda. A criação do patriarcado. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUSEU VIRTUAL DE UBERLÂNDIA. Palácio dos Leões: obra prima de Cipriano Del Fávero. Uberlândia, 19 maio 2015. Disponível em: <https://museuvirtualdeuberlandia.com.br/palacio-dos-leoes-obra-prima-de-cipriano-del-favero/>. Acesso em: 3 jun. 2026.

NADER, Maria Beatriz. Mulher e cidadania: memória, história e espaço público. Vitória: EDUFES, 2007.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2006. PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO (PPGCE). Tecnologias e Interfaces da Comunicação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2026a. Disponível em: <https://ppgce.faced.ufu.br/areas-e-linhas-de-pesquisa/tecnologias-e-interfaces-da-comunicacao>. Acesso em: 2 ago. 2026.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO (PPGCE). Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2026b. Disponível em: <https://ppgce.faced.ufu.br/unidades/programa-de-pos-graduacao-em-tecnologias-comunicacao-e-educacao>. Acesso em: 2 ago. 2026.

QUEIROGA, Daniel Silva. Nossas ruas, nosso patrimônio (in)visível: dicionário toponímico da região da Lagoinha. Belo Horizonte: IEDS, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. Lei nº 8.452, de 22 de outubro de 2003. Denomina de Orlanda Neves Strack a escola municipal localizada no bairro Minas Gerais. Uberlândia: Câmara Municipal de Uberlândia, 2003.

8. APÊNDICES

Apêndice A

Proposição de projeto de lei (biografia obrigatória em nomeações públicas, principalmente escola e prédios públicos).

Assunto: Proposta de instrumento normativo para obrigatoriedade de biografia mínima em nomeações de próprios públicos municipais e instituição de programa de resgate documental de memórias femininas.

Origem: Dissertação "Nomes na Fachada, Histórias no Vazio: análise do silenciamento sobre a trajetória das mulheres que nomeiam de escolas de Uberlândia (MG)" — PPGCE/UFU.

Natureza do documento: Proposta técnica de caráter acadêmico e propositivo, sem tramitação legislativa, elaborada como subsídio a eventual iniciativa junto à Câmara Municipal de Uberlândia.

A pesquisa que fundamenta esta nota técnica analisou cinco instituições de ensino municipais nomeadas em homenagem às mulheres. Constatou-se que, em quatro dos cinco casos, os processos legislativos de nomeação mencionam a homenageada exclusivamente no título da lei, sem qualquer desenvolvimento biográfico no texto justificativo.

Não há, na legislação municipal vigente, qualquer exigência normativa de conteúdo biográfico mínimo como condição para a aprovação de projetos de lei de nomeação. A ausência de exigência normativa é, portanto, condição estrutural que permite a reprodução desse padrão em futuras homenagens.

Proposta

Sugere-se a apresentação de projeto de lei municipal contemplando o articulado a seguir.

- a) Todo projeto de lei que proponha nomear ou renomear logradouro, próprio público ou instituição municipal em homenagem a pessoa física deverá ser instruído por seção biográfica mínima, contendo dados de nascimento, formação, atuação e justificativa histórica da escolha do nome.
- b) É vedada a aprovação de nomeações cuja justificativa se limite à menção do nome no título da proposição.

- c) A biografia aprovada deverá ser incorporada ao Projeto Político-Pedagógico e ao Regimento Escolar da instituição homenageada, quando for o caso, e afixada em local visível à comunidade.
- d) Criação do Programa Municipal de Resgate Documental de Memórias Femininas, destinado a reconstituir, por meio de fontes orais, familiares e arquivísticas, a biografia de mulheres que já nomeiam prédios públicos municipais sem registro disponível, em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, o Arquivo Público Municipal e a Universidade Federal de Uberlândia.
- e) A escolha da pessoa a ser homenageada em nomeações ou renomeações de próprios públicos municipais, especialmente instituições de ensino, deverá, sempre que possível, ser precedida de consulta pública à comunidade do bairro ou à associação de moradores local, com o objetivo de identificar pessoas que tenham relevância histórica, social ou comunitária reconhecida pelos próprios moradores e não uma figura afastada da comunidade.

Considerações finais

A proposta não pretende reparar retroativamente o apagamento já consumado nos casos que a documentação é irrecuperável, mas impedir a reprodução do mesmo padrão em nomeações futuras, articulando o diagnóstico desta pesquisa a um instrumento normativo preventivo e a um mecanismo institucional de resgate documental.

APÊNDICE B

Registro Fotográfico das Visitas ao Arquivo Público Municipal

Foto 1 — Fachada de entrada do Arquivo Público Municipal de Uberlândia



Fonte: acervo da autora (18/11/2026).

Fotos 2 e 3 - Consulta a acervo do Arquivo Público Municipal



Fonte: acervo da autora (18/11/2026)



Fonte: acervo da autora (18/11/2026)

9. ANEXOS

Anexo A – Listagem oficial das escolas municipais de Uberlândia, fornecida pela secretaria Municipal de Educação. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/11w6W22Hx_W_6AgrKQneZ-WZ-F3SN3vd2?usp=sharing

Anexo B – Projetos de lei, atas e demais documentos de tramitação legislativa referentes à criação e à denominação das instituições de ensino pesquisadas. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/11w6W22Hx_W_6AgrKQneZ-WZ-F3SN3vd2?usp=sharing

Anexo C – Termo de autorização de visita às unidades escolares municipais pesquisadas. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/11w6W22Hx_W_6AgrKQneZ-WZ-F3SN3vd2?usp=sharing

Anexo D – Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das unidades educacionais pesquisadas. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/11w6W22Hx_W_6AgrKQneZ-WZ-F3SN3vd2?usp=sharing

Anexo E – Registros das páginas institucionais da Prefeitura Municipal de Uberlândia, da Secretaria Municipal de Educação e do CEMEPE. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/11w6W22Hx_W_6AgrKQneZ-WZ-F3SN3vd2?usp=sharing

Nota sobre acesso digital aos anexos

Em razão do volume e da natureza dos documentos anexados, os arquivos completos referentes aos Anexos A a E encontram-se disponibilizados em repositório digital, podendo ser acessados integralmente por meio do seguinte endereço eletrônico: https://drive.google.com/drive/folders/11w6W22Hx_W_6AgrKQneZ-WZ-F3SN3vd2?usp=sharing.